

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ALESKA TRINDADE LIMA

(IN)VISIBILIDADES E EXPERIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA
CIDADE DE UBERLÂNDIA (2015-2022)

UBERLÂNDIA

2022

ALESKA TRINDADE LIMA

(IN)VISIBILIDADES E EXPERIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA
CIDADE DE UBERLÂNDIA (2015-2022)

Monografia apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharelado e
licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Andréa
Angelotti Carmo

UBERLÂNDIA

2022

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo – INHIS/UFU
Orientadora

Profª. Dra. Lzara Cristina da Silva – FACED/UFU

Prof. Dr. Anderson Aparecido Gonçalves de Oliveira/SRE UBERLÂNDIA MG

UBERLÂNDIA

2022

AGRADECIMENTOS

Toda minha caminhada na graduação foi permeada por pessoas especiais que mesmo indiretamente marcaram minha vida. Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por todas as oportunidades que me deu pra que eu chegasse até aqui.

A meus pais, Rudinalva, carinhosamente conhecida como Bete, e Antônio pelos seus esforços ao cuidar de mim e ter acreditado no meu potencial, foram muitos momentos difíceis, mas consegui superar com a imensidão de amor e carinho que vocês me proporcionaram durante toda a minha vida. Muito obrigada também ao meu irmão Marco Antônio por ser o meu companheiro de todos os momentos e por me manter feliz nos momentos finais da graduação.

A minha família, em especial meus padrinhos Jorge e Maria Alda, meus tios Cida e Cido, minha tia Daiane Graciele e por estarem presentes em todos os momentos que eu mais precisei. Minhas primas Nathalia Neves, Nádia Trindade e Thallia Lima por serem fiéis durante todo esse período de incertezas.

Ao meu *Squad*, Maria Eduarda, Hellen Morizza, Jéssica Tiola, Guilherme Mininel, Ian Gomes e Yan Damasceno, sem vocês nada disso seria possível, vocês trouxeram alegria, amor e sobretudo o sentido da amizade em momentos de felicidade e também turbulências rsrsrs, eu amo cada de um vocês.

A todos os professores que me deram aula ao longo destes seis anos, em especial Daniela Magalhães, Paulo Almeida e a Luciana, secretária do Instituto de História.

A minha madrinha de formatura Jorgetânia Ferreira, por me abraçar, proteger e mostrar que era possível lutar a meu modo dentro da história, sua coragem e força me inspiram.

A minha querida orientadora, *Fada*, Maria Andréa Angelotti, que aceitou caminhar comigo nessa jornada de conhecimento, carinho, amizade e amor.

Ao amigo Anderson Aparecido por ter me apresentado a história e me fazer acreditar que uma Universidade Federal não precisava ser só um sonho distante. Aos professores Gustavo Ferreira, Maria Cecília, Léa Oliveira minha gratidão por me acolherem enquanto aluna do ensino médio e depois amiga.

As amigas Denize Vilela, Bruna Thais, Ariane Alves pelo companheirismo e amizade dentro e fora da academia.

As pessoas responsáveis por me manter saudável durante todos esses anos. A Dra. Marina Mafra, a equipe do Dr. Diogo Fernandes e Dr. Túlio, a minha querida psicóloga Pâmela Silva e por último, mas muito importante, meu fisioterapeuta Renato Prado, um presente trazido durante a pandemia que só somou na minha vida.

A aquela que sempre cuidou da minha beleza e me produziu sempre com tanto carinho e elegância, Nathalia Gomes.

A mim. Por não desistir e conseguir, mesmo quando a sociedade mostrava com ações, que ainda não estava pronta para lidar com a minha presença.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise acerca da experiência de pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia-MG, explorando principalmente a questão da acessibilidade em diferentes contextos. Buscamos refletir, a partir das experiências cotidianas, o título recebido pela cidade como exemplo de acessibilidade para pessoas com deficiência. Para isso analisamos e enfrentamos dados estatísticos, periódicos em busca de compreender como a temática da acessibilidade aparece. Realizamos entrevistas com pessoas com deficiência, onde buscamos compreendê-las como agentes sociais e históricos a partir de uma perspectiva histórica social. Autores de diferentes áreas do conhecimento embasam as análises e propiciam um diálogo interdisciplinar para a compreensão das questões relacionadas a políticas sociais inclusivas, conscientização, experiência, acessibilidade e como elas ocorrem na cidade de Uberlândia. Para além disso, a pesquisa propõe compreender a acessibilidade em sua forma mais sensível a fim de evidenciar como esse grupo pode contribuir para a inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade, experiência, pessoa com deficiência.

ABSTRACT

This research proposes an analysis of the experience of people with disabilities in the city of Uberlândia-MG, mainly exploring the issue of accessibility in different contexts. We seek to reflect, from everyday experiences, the title received by the city as an example of accessibility for people with disabilities. For this, we analyze and face statistical data, periodicals in order to understand how the theme of accessibility appears. We conducted interviews with people with disabilities, where we seek to understand them as oral sources from a social historical perspective. Authors from different areas of knowledge base the analyzes and provide an interdisciplinary dialogue for the understanding of issues related to inclusive social policies, awareness, experience, accessibility and how they occur in the city of Uberlândia. In addition, the research proposes to understand accessibility in its most sensitive form in order to show how making this group visible can contribute to inclusion.

Keywords: Accessibility, experience and disability.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - A (in)visibilidade da pessoa com deficiência na história	18
1.1 (In)Visibilidades construídas	18
1.2. Concepção de deficiência e Modelos da deficiência	24
1.3. Acessibilidade como uma ferramenta de inclusão no Brasil	33
CAPÍTULO 2 - A cidade exemplo de acessibilidade	39
2.1. A acessibilidade pelos olhos de seus usuários	39
CAPÍTULO 3 – Educação, Acessibilidade e pandemia	51
3.1. Ensino Superior	54
3.2 Pandemia e acessibilidade	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
DOCUMENTOS E ENTREVISTAS	68
Decreto	68
Fontes Orais	68
Legislação	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
SITES	71
VÍDEOS	74

INTRODUÇÃO

Epígrafe

Essa é a primeira e mais importante tarefa deste trabalho, impregnar a deficiência de meandros históricos. Apenas então podemos redargui-la sobre o outro lineamento. Se a lógica atual é apagar a historicidade dos fenômenos humanos, a nossa consiste justamente no oposto, impregnar de História o supostamente dado e natural, biológico e eterno, vértice estes hegemonicamente utilizados no processo exótico de apropriação das complexas relações que envolve deficiência sociedade, relações presentes desde o estabelecimento das primeiras comunidades humanas, contudo, continua e inescrupulosamente apagados da história que nos é contada pela minha escrita.

(Gustavo Martins Piccolo, 2015)

A pessoa com deficiência como qualquer outro ser humano deve ter seu direito de exercício da cidadania. Desta forma seria muito mais fácil exercê-lo em uma cidade, sem entraves, sem barreiras em seu cotidiano. O intuito desta pesquisa é analisar a historicidade da pessoa com deficiência enquanto sujeito detentor de uma história e refletir sobre esses sujeitos e os espaços por ele ocupados ou não na cidade. Ao longo dos últimos anos temos acompanhado a repercussão do título de cidade exemplo em acessibilidade que fora dado à Uberlândia¹ e, interessa analisar algumas perspectivas

¹ NACIONAL, Jornal. **Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes**. 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/uberlandia-e-exemplo-de-acessibilidade-paradeficientes.html>>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

acerca deste título a partir da perspectiva das pessoas com deficiência. Quem são as pessoas com deficiência? Qual sua história? Quais os motivos fizeram a cidade de Uberlândia ser exemplo? Os usuários concordam? Estas questões embasam as perspectivas de abordagem da temática e nos leva a buscar compreender, também, as políticas nacionais de inclusão.

De acordo com a ONU existe cerca de 1 bilhão² de pessoas com deficiência no mundo. No Brasil esse número se converge em 45 milhões³, incluindo todos os tipos de deficiência. Essa parcela da população enfrenta em seu cotidiano inúmeras situações que inviabilizam sua condição de cidadão como, por exemplo, o direito de ir e vir com autonomia e segurança e o direito de estar ou ocupar os mais diversos espaços na sociedade, seja em postos de trabalho, seja no acesso à educação de qualidade, acesso à prática esportiva, à saúde entre tantos outros. É visível que avanços ocorreram para que essas pessoas fossem incluídas na sociedade. Mas, para que houvesse a necessidade de incluir, houve também situações precedentes de exclusão e segregação, que provocaram a invisibilidade das pessoas com deficiência construída historicamente.

Em vista das dificuldades cotidianas relacionadas à acessibilidade é notável que assuntos com essa temática ganhem visibilidade e o mesmo ocorreu com a cidade de Uberlândia, situada no cerrado mineiro, com apenas 133 anos. Ela possui 691.305⁴ habitantes, desses 22.000⁵ são pessoas com alguma deficiência. Uberlândia foi tema da reportagem intitulada “Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes” veiculada pelo Jornal Nacional em setembro de 2015 em que apresentava:

² VASSIE, Rebecca. Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. **ONU News**, 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881#:~:text=Mais%20de%201%20%20mil%C3%A3o%20de,tipo%20de%20defici%C3%Aancia%20%7C%20%20ONU%20New>>. Acesso em 01 de abril de 2022.

³ **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-decificiareduzido-original-eleitoral.pdf>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

⁴ G1 Triângulo e Alto Paranaíba. IBGE aponta que Uberlândia é a 2ª mais populosa de MG; veja situação das principais cidades do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/08/29/ibge-aponta-que-uberlandia-e-a-2a-mais-populosa-de-mg-veja-situacao-das-principais-cidades-do-triangulo-alto-paranaiba-e-noroeste.ghtml>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

⁵ **PS Marketing**. Disponível em: <<https://www.psmarketing.com.br/estatisticas/socioeconomico/pessoas-com-deficiencia-em-uberlandia-2015>> Acesso em 23 de setembro de 2019.

A luta da Associação dos Deficientes valeu a pena: Uberlândia, com 600 mil habitantes, tem rampas de acesso em todas as esquinas, no centro e nos bairros, sem distinção: 100% da frota de ônibus com elevadores para quem tem dificuldade de locomoção. Piso tátil para orientar deficientes visuais em todas as calçadas, terminais rodoviários, lojas e prédios públicos. Lá, cada projeto novo de rua, prédio ou loteamento só é aprovado se tiver plano para facilitar a mobilidade dos deficientes.⁶

Esta reportagem impulsionou a pesquisar, analisar e discutir o seu conteúdo, pois como moradora da cidade, observo outra vivência repleta de obstáculos e dificuldades para as pessoas com deficiência.

Sabemos que o horário nobre da televisão, em nosso país, ainda possui o Jornal Nacional como um dos principais divulgadores de informação e possui grande repercussão entre a população, pois há uma cultura de se assistir o noticiário noturno, com isso, uma grande valorização do que ali é veiculado, sendo quase inquestionável a notícia que se veicula no horário nobre.

Ainda que se mostrem frequentes os estudos sobre acessibilidade, entendo a profundidade de tal questão e proponho neste trabalho analisá-la por meio de uma perspectiva histórica, por meio dos seus usuários em um contexto particular, a cidade exemplo de acessibilidade. A presente pesquisa se faz importante para que se revelem as nuances entre a teoria e a experiência acerca da acessibilidade na cidade de Uberlândia.

Objetivamos compreender a noção de acessibilidade dos usuários, analisar como a acessibilidade contribui para a inclusão. Nesse aspecto, compreendo que a acessibilidade para pessoas com deficiência é muito mais que a construção de rampas ou de banheiros adaptados e vai muito além destes elementos. Ela requer um conjunto de condições e possibilidades de alcance para utilização com segurança e autonomia de todos os espaços, edificações e até mesmo relações. É nesta perspectiva que busco trabalhar.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa reflexiva com a reunião de referências na temática abordada a fim de promover discussões que possam guiar a análise e a narrativa. Para Raphael Samuel⁷ existe uma infinidade de fontes a serem estudadas em um projeto e é partindo dessa perspectiva que fizemos uma análise acerca da

⁶Edição do dia. **Jornal Nacional**, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/uberlandia-e-exemplo-de-acessibilidade-para-deficientes.html#:~:text=A%20luta%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos,quem%20tem%20dificuldade%20de%20locomo%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

⁷ SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, set/1989/fev/1990.

acessibilidade em conjunto com a legislação inclusiva e a pessoas com deficiência moradoras da cidade.

Pensando na pluralidade de fontes, optei pelo trabalho com fontes orais a partir de entrevistas com usuários da acessibilidade da cidade, utilizamos do método história oral para uma das possibilidades de investigação.

De acordo com Alberti a História oral é:

[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.⁸

Esta metodologia passou por aprimoramentos ao longo dos anos e, é importante sinalizar que a discussão aqui proposta não se baseia na ideia de “dar voz” aos entrevistados, já que afirmo que eles a detém. Entretanto, na discussão de Alberti (2008, p. 159):

é certo que os que se situam "acima" costumam deixar mais registros pessoais - como cartas, autobiografias, diários etc. - de suas práticas [...] nesse sentido - mas só neste -, é possível admitir que entrevistas de História oral com os que se situam "abaixo" na escala social possam ser prioritárias. .

A proposta nesta pesquisa é a de buscar compreender as questões sociais que se colocam às pessoas com deficiência a partir de suas próprias narrativas, de pessoas inseridas em dinâmicas e contextos que são pautas de políticas públicas, legislações e outros, mas as principais pessoas interessadas e envolvidas com a questão não são chamadas para apresentarem suas demandas e perspectivas.

Assim, o uso das fontes orais é compreendido como uma possibilidade a partir do que afirma Bloch: “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele⁹”. Deste modo, conforme aponta Alessandro Portelli a fonte oral é algo de muita significância, “as entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas

⁸ VERENA. Alberti. Histórias dentro das histórias In: Fontes Históricas. **Ed. Contexto**. São Paulo, 2008, p. 156.

⁹ BLOCH. Marc. Apologia da história, ou, O ofício do historiador. **Jorge Zahar Ed.**, Rio de Janeiro, 2001, p. 79.

inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas¹⁰. Esta é, portanto, a abordagem realizada nesta pesquisa em relação às fontes orais.

Nesse sentido, vale relatar como nos indica Portelli:

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos.¹¹

Neste pequeno trecho, consegui entender como o uso da fonte oral pode tocar os mais profundos sentimentos e acionar memórias, possibilidades e expectativas que talvez sejam de suma importância para a análise. Conforme sabemos, as pessoas com deficiência estiveram por um longo período excluídas da história e, pensando em uma perspectiva histórico-social, autores como Jim Sharpe¹² e Edward Thompson¹³ pode contribuir com esta análise.

Foram realizadas quatro entrevistas com pessoas de idade e deficiências diferentes, moradoras de bairros centrais e periféricos para que assim haja uma pluralidade maior de narrativas. Devido ao cenário pandêmico,¹⁴ ao longo de 2020, 2021 e início de 2022 as entrevistas foram realizadas de forma remota por meio da plataforma mais acessível ao entrevistado¹⁵, buscando assim maior conforto possível para uma boa obtenção de dados por meio das entrevistas.

Sobre os entrevistados, posso assinalar aqui alguns fatores sobre como contribuíram para a análise. Todos possuem deficiência física e utilizam uma cadeira de rodas para se locomover sendo a cadeira manual ou motorizada. A primeira entrevista foi realizada com Ametista¹⁶, é uma mulher de 24 anos com deficiência física hereditária e moradora da

¹⁰ PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997, p. 31.

¹¹ *Ibidem*.

¹² SHARP, J. A história vista de baixo. In: A escrita da história: novas perspectivas. **Ed. Unesp**. São Paulo, 1992.

¹³ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa (Vol. 2). **Paz & Terra**; 1ª edição. 18 outubro de 2012.

¹⁴ No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da saúde declarou estado de Pandemia devido contágio e letalidade pelo novo vírus Sars- Cov- 2 (Covid 19). A pandemia segue se estendendo aos dias atuais (fevereiro 2022).

¹⁵ A principal foi ligação de vídeo por *WhatsApp*.

¹⁶ Nesta pesquisa optou-se, eticamente, por preservar o nome dos entrevistados, indicando-se por nome de pedras preciosas.

cidade de Uberlândia há 19 anos, ela se encontrava cursando mestrado em Educação física no momento que foi realizada a entrevista. A segunda entrevistada é Esmeralda, 26 anos, possui deficiência física congênita e nasceu e mora na cidade de Uberlândia toda sua vida, para, além disso, no período da entrevista acabara de ingressar no ensino superior no curso de Fisioterapia e também é atleta paraolímpica. O terceiro entrevistado é Topázio, um homem de 28 anos com deficiência adquirida, morador da cidade de Uberlândia há cinco anos, concluiu curso superior EAD em Análises e Desenvolvimento em Sistema, também é atleta paraolímpico. A quarta e última entrevistada é Cristal, uma mulher, mãe de 44 anos, com deficiência física genética, moradora da cidade de Uberlândia há 32 anos.

Sobre a autora que aqui escreve, uma mulher negra, 26 anos, com deficiência física genética, moradora da cidade a vida toda, é válido ressaltar que não me restringirei às análises distanciadas, mas como já indicado, no início deste trabalho, me farei presente como sujeito(a) que vivencia os medos e lutas cotidianas na dita cidade modelo acessibilidade.

A princípio, com um roteiro que se ampliava à medida que a conversa fluía. Este roteiro foi composto por 8 perguntas iniciais: nome, idade, profissão e outras informações pessoais e 11 mais específicas sobre os temas: tais como a compreensão sobre acessibilidade, a inclusão, como a cidade de Uberlândia trata essas questões e como foi essa relação durante a pandemia. Lembrando que no momento da entrevista busquei realizar uma “troca entre dois sujeitos: uma visão mútua”¹⁷.

Além dessa visão mútua, também é importante revelar outros elementos da relação entrevistador/pesquisador e entrevistado/fonte. Portelli relata que o resultado da entrevista se dá inteiramente a partir do que foi perguntado pelo entrevistador, por isso, a importância de um bom questionário e projeto de pesquisa,¹⁸ pois, entendi que o resultado da entrevista é também resultado de uma relação mutuamente construída, tanto no que se refere às questões, quanto às repostas que são compartilhadas caso haja plena confiança estabelecida antes e durante a conversa/entrevista.

De acordo com Santhiago e Magalhães, já existia no ano 2014 discussões que contemplassem a realização da história oral *online*, nesse sentido a análise dos autores perpassam por diversas opiniões inclusive de que “discussão especializada em História

¹⁷ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral – a pesquisa como experimento em igualdade. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. São Paulo, 1997, p. 3.

¹⁸———. O que faz a história oral diferente?. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997, p. 35.

oral tende a privilegiar um tipo de interação que, na comunidade a distâncias, tem poucas chances de ser bem sucedida”¹⁹. No entanto, os autores ponderam que houve a necessidade de novas configurações no modo de se realizar entrevista, compreendendo que “os sentidos de presença e ausência e suspender – mesmo que temporariamente – a compreensão de que eles estão necessariamente ligados à proximidade ou ao distanciamento físico/corporal”²⁰ deve ser repensada. A pandemia causada pelo Sars-cov-2 trouxe uma aceleração desse processo.

Por isso, acredito que a realização das entrevistas *online* pode ser positiva para além da pandemia, abrindo diferentes possibilidades. Pensamos, meu grupo de entrevistados e eu, pesquisadora em desenvolvimento, que somos pessoas com deficiência, a dificuldade deles ou minha no quesito deslocamento pode ser primordial a definir ou não a realização da entrevista. Mesmo assim, reconheço que a tecnologia e esse tipo de entrevista podem excluir pessoas sem acesso a ela, como apontou Santhiago e Magalhães.

Como historiadores/as, sabemos da importância dos cuidados com as fontes, aprendemos com Bloch que o documento não fala por si. Diante disso toda atenção foi dada ao questionário que foi produzido como ferramenta para as entrevistas. A interpretação também é nossa aliada nessas análises já dizia Droysen "a essência da interpretação é ver a realidade nos acontecimentos passados, com toda abundância das condições que exigiram sua concretização e existência.”²¹

Os estudos sobre as pessoas com deficiência e tudo mais que as cercam tem grande ênfase nas áreas da saúde e educação, mas é notável os avanços nas pesquisas para ir além do olhar assistencialista a esse grupo de pessoas como, por exemplo, a Tecnologia Assistiva (TA). A história social pode ser uma grande aliada nesta construção de conhecimento, pois sabemos que os estudos sobre os grupos mais vulneráveis podem nos dar indícios para levantar questões de caráter histórico presentes em nossa sociedade. Jim Sharpe ao descrever o advento mais amplo da historiografia em uma perspectiva inversa no século XIX relatou que essa modalidade contribui para: “abrir novas áreas de pesquisa

¹⁹ SANTHIAGO, Ricardo; DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 27, 2020, p.2

²⁰ SANTHIAGO, Ricardo; DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 27, 2020, p.4.

²¹ DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. *Voices*. Petrópolis, 2009.

e, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja experiência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.”²²

Com isso, considero que o trabalho tem um caráter interdisciplinar, à medida que nos embasaremos nas teorias de outras áreas de conhecimento como o Direito, áreas da Saúde, e das Ciências Sociais, como a Antropologia, Sociologia e, por fim, a Filosofia, mas, realizamos uma abordagem histórica da questão.

Para uma análise profunda, início a discussão conhecendo a trajetória das pessoas com deficiência bem como sua luta por cidadania, inclusão e visibilidade. Para isso utilizamos referências como: *O que é Deficiência?*²³, de Débora Diniz, que trata de estabelecer o início dos estudos e movimentos das pessoas com deficiência, bem como seus modelos. Também como forma de entender as relações sociais entre as pessoas com deficiência e sociedade temos contribuições do livro *A epopéia ignorada*²⁴ de Otto Marques Silva, onde a questão da pessoa com deficiência foi (e, em partes ainda é) ignorada pela sociedade mesmo que presente em todo percurso da humanidade até o contemporâneo.

A fim de compreender melhor o cenário das políticas inclusivas e seu trajeto, análises como a de Izabel Loureiro Maior²⁵ em *Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos* nos proporciona um maior entendimento acerca das conquistas, desafios e retrocessos legislativos. Além disso, utilizo dados estatísticos retirados do Censo 2010, a Constituição de 1988, a Convenção Internacional da pessoa com deficiência até às leis mais atuais referente às pessoas com deficiência como a LBI (Lei Brasileira de Inclusão)²⁶. Também se fez uso de periódicos regionais e nacionais.

A História nos possibilita trazer novas concepções de diversas temáticas. No tocante à diversidade, às discussões sobre as pessoas com deficiência e seu entorno e suas relações sociais e com a cidade são recentes, no entanto nos mostram algumas possibilidades a serem articuladas como: gênero, sexualidade, invisibilidade, inclusão

²² SHARP, J. A história vista de baixo. In: A escrita da história: novas perspectivas. Ed. Unesp. São Paulo, 1992. p. 41.

²³ DINIZ, D. O que é deficiência. Brasiliense. São Paulo, 2007.

²⁴ SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. Cedas. São Paulo, 1987.

²⁵ MAIOR, Izabel. Movimento político das pessoas com deficiência: Reflexões sobre a conquista de direitos. Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.28-36, jan./jun. 2017

²⁶ Lei 13.146 de 6 de julho de 2015.

entre outros. Contudo, conforme Mello e Nuemberg relatam “por ser considerada pela maior parte da comunidade acadêmica uma temática muito específica e distante, a deficiência ainda é um tema periférico nas Ciências Humanas e sociais e particularmente no campo teórico feminista.”²⁷

Entre as análises mais discutidas se encontra a acessibilidade, principal e fundamental ferramenta para a inclusão social, entretanto, o senso comum a resume em apenas rampas de acesso. É contra essa perspectiva que Romeu Kazumi Sasaki²⁸, considerado pioneiro da discussão sobre a inclusão no Brasil, escreveu dois livros de muita relevância, desdobrando os principais conceitos dentro dessa discussão. O primeiro é *Construindo uma sociedade para todos*²⁹ do ano de 1997, e o outro *Inclusão no Lazer e Turismo - em busca de qualidade de vida*, 2009³⁰. Nestes dois trabalhos o autor traz a diferença entre Integração e Inclusão, as dimensões da acessibilidade e os principais avanços na legislação.

Por mais que as discussões sociais das pessoas com deficiência sejam contemporâneas, sua existência é tão longínqua como a de qualquer outro ser humano e, por isso, precisa se tornar visível e compreendida. Dado que estudarmos acessibilidade se torna de fundamental relevância investigar historicamente as pessoas com deficiência, mas vale lembrar que não só elas utilizam acessibilidade. Além disso, ao analisarmos esse grupo historicamente se tem a possibilidade de entender suas demandas atuais.

Assim como os negros e as mulheres, essas pessoas também foram excluídas deixadas à margem da sociedade sem possibilidade de se inserirem, seja por falta de meios físicos que os acomodasse, seja pelos estigmas e estereótipos que antes, com mais frequência, mas ainda hoje, são vinculados a sua imagem.

Aproveito a oportunidade para esclarecermos que a terminologia usada neste trabalho para nos referirmos a esse grupo será “pessoa com deficiência” conforme

²⁷ MELLO; NUEMBERG. Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2012, p. 365.

²⁸ Romeu Kazumi Sasaki é formado em Serviço Social com especialização nos Estados Unidos, em Aconselhamento Psicológico de Reabilitação na Área da Deficiência. Atua hoje como consultor a empresas que buscam ser inclusivas e também como palestrante em eventos. Disponível em:< <http://www.ame-sp.org.br/noticias/entrevista/teentrevista16.shtml>>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

²⁹ SASSAKI, R. K. *Construindo uma sociedade para todos*. **Revista Nova Escola**, Rio de Janeiro; WVA, 1997.

³⁰———. *Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida*. **Áurea**. São Paulo, 2003.

Convenção Internacional da Pessoa com deficiência - ONU ³¹ e a PEC 25/2017³². Mas porque é importante sinalizar essa terminologia? A nomenclatura expressada de forma equivocada pode gerar mais segregação e exclusão, a expressão “portador de deficiência” nos leva ao verbo portar, levar, conduzir, nenhum ser humano carrega uma deficiência, a deficiência é uma característica desse sujeito. Já a expressão “deficiente físico” deve ser revista, pois não se deve enxergar primeiro a deficiência, e sim a pessoa, por isso ficou estabelecido pessoa com deficiência.

Dentro dos recentes estudos sobre as pessoas com deficiência posso perceber que a maioria dos autores que estão a escrever sobre essa temática e os elementos que o cercam são pessoas com deficiência ou pessoas que tenham algum vínculo com as pessoas com deficiência e de maneira não diferente a pesquisa que aqui se realiza é feita por uma mulher com deficiência. Isso pode indicar que há uma maior conscientização a partir de quem experiência essa realidade.

Para além das questões metodológicas e analíticas é importante sinalizar que a pesquisa foi realizada entre os anos de 2020, 2021 e 2022 período em que ocorreu a propagação do COVID-19 ocasionando uma pandemia a nível mundial, que no Brasil causou mais de 600 mil mortes. Nesse sentido, a pandemia e o isolamento social “exacerbou desigualdades pré-existentes e problemas estruturais, como falta de acesso a saneamento básico e a serviços de saúde”³³. De forma não diferente as pessoas com deficiência também foram afetadas e nada mais justo que também considerar suas perspectivas desse período que ainda vivemos.

No primeiro capítulo me empenhei a contextualizar a invisibilidade sobre trajetória das pessoas com deficiência com a intenção de trazer à tona a importância de se revelar sua história e luta, oportunizando como essa visibilidade pode se tornar positiva na busca por acessibilidade. Além disso, o capítulo um também contempla os principais modelos da deficiência³⁴, os conceitos de acessibilidade e inclusão em conjunto com as legislações avanços e retrocessos no Brasil. Já no capítulo dois, tratei de apresentar a cidade de Uberlândia, os dados relacionados a ela paralelo a perspectiva dos entrevistados

³¹ Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

³² Proposta de Emenda à Constituição aprovada pelo Plenário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=129807>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

³³ ONU, Brasil.2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/90275-covid-19-e-o-novo-coronavirus#:~:text=Os%20efeitos%20socioecon%C3%B4micos%20da%20pandemia,e%20a%20servi%C3%A7os%20de%20sa%C3%BAde>. Acesso em 29 de Julho de 2022.

³⁴ SAMPAIO; FERREIRA. Modelos de deficiência. Curitiba, 2019.

como fonte. Por fim, no capítulo três, pode-se observar como a educação, o Ensino Superior e a pandemia estão presentes na narrativa dos entrevistados e como isso é vivenciado por eles.

CAPÍTULO 1

A (in)visibilidade da pessoa com deficiência na história

A partir deste capítulo busco compreender como se manteve a relação da sociedade com as pessoas com deficiência ao longo dos anos e como se deu a sua exclusão, sendo assim, investigamos como a invisibilidade consequentemente contribuiu para a falta de acessibilidade em nossa atualidade. Além disso, meu objetivo é evidenciar a presença e experiência das pessoas com deficiência ao longo da história bem como sua busca por direitos com ênfase em acessibilidade.

1.1 (In)Visibilidades construídas

Fazendo um breve levantamento sobre quando se iniciou os estudos relacionado às pessoas com deficiência já com perspectivas sociais, de acordo com algumas referências como, por exemplo, Debora Diniz³⁵ eles se instituem a partir de 1970³⁶ no Reino Unido e Estados Unidos com a mudança do modelo médico para o modelo social ao qual aprofundaremos mais à frente. Conhecida mundialmente e fundada em 1982 no Estados Unidos a *Society For Disability Studies* ou simplesmente SDS, é uma das grandes divulgadoras destes estudos, a sociedade se tornou uma *revista Disability Studies Quarterly* (DSQ):

[...] fornece estudiosos, ativistas, artistas com deficiência e outros a considerar a experiência da deficiência na forma escrita. [...] Atualmente, a SDS tem centenas de membros nacionais e internacionais

³⁵ Débora Diniz é antropóloga referência em estudos de igualdade, de gênero e saúde.

³⁶ DINIZ, D. O que é deficiência. **Brasiliense**. São Paulo, 2007, p ,6.

que contribuem com sua energia e experiência para tornar os estudos sobre deficiência uma grande parte das conversas acadêmicas³⁷

Entretanto nos séculos “XVII e XVIII multiplicam-se as leituras de deficiência enquanto fenômeno especialmente nas áreas médicas, educacional encaminhando uma grande diversidade de atitudes: desde a institucionalização (confinamento) em conventos e hospícios até o ensino especial”³⁸. O caso da Escola Estadual *Willowbrook* no interior de Nova Iorque pode ser compreendido como uma destas instituições. Ela foi inaugurada no ano de 1947 com o discurso de acolher crianças com deficiência intelectual que não poderiam conviver em sociedade, o resultado foi uma superlotação com pouquíssimos funcionários e quatro mil pacientes vivendo em situação de risco e, também, um surto de sarampo que matou 60 crianças.³⁹ É importante destacar que a instituição possuía caráter hospitalar psiquiátrico.

Outro caso popularmente conhecido é o do Holocausto brasileiro na cidade de Barbacena, no interior de Minas Gerais. O hospital Colônia de Barbacena foi inaugurado em 1903 e cerca de 70% dos aqui ali eram confinados não tinham diagnóstico, eram: epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas⁴⁰, enfim, todos aqueles que poderiam ser ignorados pela sociedade. Nesse sentido, somos levados a crer que pessoas com deficiência também estavam presentes nesta instituição, onde a situação, de acordo com os registros, era desumana.

As primeiras instituições para pessoas com deficiência no Brasil com um viés mais educacional e assistencialista surgiram ainda no Brasil Império: O Imperial Instituto dos meninos cegos 1854 e o Instituto dos surdos, mudos 1857. Em 1926 outra importante instituição surge, o Instituto Pestalozzi localizada no Rio Grande do Sul, sua atuação marcou consideravelmente o campo da assistência social, da educação e da institucionalização dos serviços voltados para as pessoas com deficiência no Brasil. Outro

³⁷Dados retirados do site **Society Disability Studies**. Disponível em: <https://disstudies.org/index.php/about-sds/mission-and-history/> >. Acesso em 01 de abril 2022.

³⁸ ARANHA, F, S. Maria. A integração social do deficiente: Análise conceitual e metodológica . **Temas em psicologia**. n° 2. São Paulo, 1995, p. 66.

³⁹ CHURCHILL, Paola. Descasos, abusos e omissões: Os horrores de Willowbrook, o maior hospital psiquiátrico dos EUA. Aventuras na História, 2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-horrores-de-willowbrook-maior-hospital-psiquiatrico-dos-estados-unidos.phtml>>. Acesso em 07 de Julho de 2022.

⁴⁰ ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. 1.Ed. **Geração Editorial**. São Paulo, 2013, p. 26.

grande marco foi a inauguração da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954 no Rio de Janeiro.⁴¹

Em 2007, Diniz relatou que esse ainda era um campo pouco explorado no Brasil e deu duas explicações para tal desinteresse, a primeira é que a deficiência ainda não se libertou da autoridade biomédica e, a segunda, porque a deficiência é considerada uma tragédia pessoal, e não uma questão de justiça social. Nesse sentido, a produção deste trabalho vem ao encontro de ideais que rompam com a visão estereotipada referente às pessoas com deficiência bem como a sua exclusão e segregação.

Paralelo aos estudos também se iniciava o movimento das pessoas com deficiência e seus familiares cada vez mais impulsionados pelas pesquisas e novas concepções. Joan Scott (1998) em *A invisibilidade da experiência* destacou que “tornar um movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaletentes e abre novas possibilidades para todos.”⁴² Quanto mais souberem desse grupo, de suas vivências e lutas, mais oportunidades teremos de entender suas especificidades e isso inclui a acessibilidade. No ano de 1987, Silva apontou como a sociedade ignorou por um longo período assuntos relacionados à pessoa com deficiência:

A sobrevivência das pessoas com deficiências aqui no Brasil e em boa parte do mundo, na grande maioria dos casos, tem sido uma verdadeira epopéia. Essa epopéia nunca deixou de ser uma luta quase que fatalmente ignorada pela sociedade e pelos governos como um todo--uma verdadeira saga melancólica --assim como o foi em todas as culturas pelos muitos séculos da existência do homem. Ignorada, não por desconhecimento acidental ou por falta de informações, mas por não se desejar dela tomar conhecimento.⁴³

Isso mostra como a experiência de se viver como pessoa com deficiência é facilmente, ignorada e invisibilizada. Dessa forma os paradigmas enfrentados por elas na atualidade é fruto de uma vivência historicamente rejeitada. Mas essa trajetória muda quando pessoas com deficiência tomam consciência da opressão que vivem e se unem em busca de cidadania como, por exemplo, o protesto *504 Sit-in*, que ocorreu em 1977. Na ocasião 150 pessoas com deficiência ocuparam um prédio federal em São Francisco, na Califórnia, durante um mês, onde reivindicavam principalmente direitos civis e a

⁴¹ APAE Brasil. Disponível: <<https://apaebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

⁴² SCOTT, Joan W. et al. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, 1998, p. 298.

⁴³ SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. **Cedas**. São Paulo, 1987, p. 11.

acessibilidade. Como resultado dessa ocupação a lei 504 foi assinada nos Estados Unidos e:

[...] mudanças perceptíveis começaram a ocorrer nas paisagens urbanas, nas salas de aula da universidade, no local de trabalho e em espaços públicos, incluindo bibliotecas, tribunais e transporte público. As cidades instituíram cortes no meio-fio da rua à calçada. Prédios federais fizeram ajustes para se tornarem acessíveis a todos, incluindo a instalação de rampas e banheiros mais amplos.⁴⁴

Graças a esse percurso e movimentos de reivindicações legislações foram criadas com o intuito de favorecer essas pessoas. No entanto, a experiência das pessoas com deficiências ainda é bem distante do que se é garantido por lei, tanto é que as manifestações seguem se fazendo presente na atualidade.

Como já dito, as pessoas com deficiência sempre se fizeram presentes ao longo da história da humanidade, “a doença e a deficiência física são tão antigas quanto a própria vida sobre a terra”⁴⁵, seja por causas naturais ou acidentais. Nos períodos pré-históricos, conforme argumenta o autor citado, era difícil sua sobrevivência já que os meios de subsistência (caça e pesca) eram dependentes de um bom estado físico e estratégico. Silva aponta, ainda, que fraturas ósseas foram encontradas indicando essa vivência na pré-história e isso demonstra que mesmo com dificuldade eles estavam presentes. Entretanto, essas pessoas também poderiam ser abandonadas pelo seu grupo, já que representavam perigo e ameaça diante dos deslocamentos constantes.

Por outro viés a sociedade egípcia não via como um risco às pessoas com deficiência. Dicher e Trevisan⁴⁶ apontam que os egípcios os tratavam com respeito, além de cuidar das doenças e deficiência. Silva também aponta como era o tratamento dado aos povos Tupinambás no século XVI com seus guerreiros que tinham deficiência:

[...]era deixado à vontade em sua cabana, praticamente sem contato algum com o restante da tribo. Ficava sem comer se assim o desejasse, pois podia pedir alimentos, que lhe seria fornecido pelo tempo que achasse necessário, mesmo que pelo resto de sua vida. O que em geral

⁴⁴ SHOOT, Britta. The 1977 Disability Rights Protest That Broke Records and Changed Laws. **Atlas Obscura**. 2017. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/articles/504-sit-in-san-francisco-1977-disability-rights-advocacy>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

⁴⁵ SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. **Cedas**. São Paulo. 1987, p.19.

⁴⁶ DICHER, M. Aparecida e TREVISAN, Elisaide. **A jornada Histórica da pessoa com deficiência: Inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**, p. 26. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=211>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

acontecia, porém, por posicionamento do guerreiro ferido, era que acabava morrendo à míngua.⁴⁷

A decisão do indígena em preferir a morte a viver com a deficiência, mostra como sua situação física era importante e primordial quanto a sua participação coletiva. Além disso, pensando em nossa atualidade podemos vislumbrar as situações e narrativas relatadas quando alguém passa pelo diagnóstico de deficiência frases como “prefiro a morte do que usar uma cadeira de rodas” ou “preferia ter morrido a ficar nessa situação” são frases que desconsideram a deficiência como uma das formas de viver e a remete sempre algo negativo e catastrófico em nossa sociedade.

Partindo para a civilização Grega em sua mitologia havia pessoas com deficiência, que também passaram pelo abandono dos pais⁴⁸. Inclusive Silva comenta que Homero, um dos mais famosos poetas gregos, segundo relatos de alguns escritores antigos, era cego.⁴⁹ Entretanto, a realidade vivida pelos Espartanos com deficiência era de abandono e assassinato, esse era o fim das crianças que viessem a nascer com alguma deficiência. Platão e Aristóteles também escreveram a respeito das pessoas com deficiência. Aristóteles na obra *Política* livro VII disse: “deve proibir-se a criação de disformes.”⁵⁰. Conforme Mendonça: “Platão, primitivamente, pregava a eugenia. “Para os filhos dos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto.”⁵¹

Segundo o autor Corrent a sociedade grega “valorizava amplamente o corpo saudável o exercício físico, para eles era essencial manter a boa forma, era uma questão social”⁵², por isso, tal maneira de tratar as pessoas com deficiência. Já sobre o caso do

⁴⁷ SILVA, Otto M. **A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje.** Cedas. São Paulo. 1987, p.19.

⁴⁸ *Hefesto* filho de Zeus e Hera que se casou com Afrodite. A mitologia conta que Hefestos foi rejeitado pelos pais. “Nascera coxo e sua mãe sentiu-se tão aborrecida ao vê-lo que o atirou para fora do céu” (BULFINCH, 2001 *apud* ROSA, 2007).

⁴⁹ *Ibidem*, p. 59.

⁵⁰ ARISTÓTELES. *Política*. Edição Bilingue, p. 551. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/357991/mod_resource/content/1/Aristoteles_Pol%C3%ADtica%20%28VEGA%29.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2022.

⁵¹ MENDONÇA, S. A. Ana. Platão e as c indivíduos rianças com deficiência. *Rev. Pemo, Fortaleza*, v. 2, n. 3, 2020. Disponível em: < <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3849/3372> >. Acesso em 01 de abril de 2022.

⁵² CORRENT, Nikolas DA ANTIGUIDADE A CONTEMPORANEIDADE: A DEFICIÊNCIA E SUAS CONCEPÇÕES. *Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza*, 2016. P.5.

indígena, “o abandono e a morte por opção do próprio indivíduo idoso, doente ou portador de deficiência seria, para benefício da tribo ou mesmo da raça, também acontecem.”⁵³

Outro fator que também posso expor é que quase nunca é evidenciado é a relação das pessoas com deficiência na 1ª e 2ª Guerra mundial, onde como resultado houve um aumento considerável de pessoas com deficiência e conseqüentemente a criação de leis e benefícios que os amparasse. Dessa maneira, as perspectivas a respeito das pessoas com deficiência poderiam ser modificadas a depender do contexto que ela se encontrava. Wilde explica tal situação ao analisar o seguinte trecho escrito por Omote em 2004:

As terríveis cicatrizes e mutilações resultantes de uma luta em batalhas podem levar os seus portadores, em tempos de guerra, a posição privilegiada de heróis e a serem admirados e valorizados. Mas, em tempos de recessão e dificuldades após o término da guerra, podem perder seus privilégios e sofrer segregação e exclusão⁵⁴. (OMOTE 2004 *apud* WILD 2015)

Ainda sobre as guerras, durante a Segunda Guerra, a Alemanha nazista de Hitler implementou o programa Eutanasia T-4 onde aqueles que representassem ameaça a raça aariana eram executados, “Muitos alemães não queriam ser lembrados por indivíduos incompatíveis com seu conceito de “raça superior”⁵⁵ e cerca de 200.000⁵⁶ pessoas com deficiência foram mortas, pois:

Os deficientes físicos e mentais eram considerados “inúteis” à sociedade, uma ameaça à pureza genética aariana e, portanto, indignos de viver. No início da Segunda Guerra Mundial, indivíduos que tinham algum tipo de deficiência física, retardamento ou doença mental eram executados pelo programa que os nazistas chamavam de “T-4” ou “Eutanásia”⁵⁷.

Podemos observar que as pessoas com deficiência sempre estiveram presentes na história coletiva. E, na maior parte dos períodos históricos, a tentativa era de eliminação/exclusão/. Por que sua presença não é disseminada? Por que ela é tornada invisível? Por que sua história e sua memória não são plausíveis de serem contadas? A

⁵³ SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. Cedas. São Paulo, 1987.P.26.

⁵⁴OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação especial**, Marília, v 10, n 3, p. 287- 308. 2004 *apud* PICCOLO, M. Gustavo. Um pensar sociológico sobre a deficiência. Ed.**Annis**. Curitiba. 2015. P,22.

⁵⁵ Enciclopedia do Holocausto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-murder-of-the-handicapped>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

pintora mexicana Frida Kahlo⁵⁸ é hoje um ícone feminista representada em objetos, marcas e vestuário, mas em quantas dessas artes Frida aparece como uma mulher com deficiência? Será que alguém há de lembrar e citar isso?

Há duas décadas e meia a psicologia já desenvolvia estudos na tentativa de responder o porquê de tanta segregação e exclusão das pessoas com deficiência mesmo com legislações de políticas públicas inclusivas. Nesse sentido, Aranha⁵⁹ discorre que se tem atribuído as exclusões ao descompromisso do poder público, a má formação dos educadores e dos técnicos especializados e a falta de consciência da sociedade.

A deficiência não deve ser a única característica destacada em uma pessoa, mas também não deve ser apagada, até porque a deficiência traz a essa pessoa uma perspectiva única de mundo e das relações sociais. Os quadros de Frida Kahlo nos dizem muito sobre ela, seus amores, suas dores e também sua deficiência. Retornando a Scott, “[...] documentar a existência [...] em toda a sua variedade e multiplicidade, escrever sobre elas, e assim tornar histórico o que fora escondido da história”⁶⁰.

Por fim, a invisibilidade histórica e social das pessoas com deficiência contribui para que a inclusão ainda não seja eficaz e absoluta dentro da sociedade. Vamos mudar isso?

1.2. Concepção de deficiência e Modelos da deficiência

O movimento pela integração do deficiente é um produto de nossa história. precisamos, entretanto aprender-se o significado real para que possamos efetivá-lo como instrumento de transformação na sociedade.

⁵⁸ “Frida Kahlo amou e desejou com loucura, mas viveu dia emprestados; seu corpo dolorido e destroçado jamais lhe permitiu esquecer que sua madrinha arrancava-lhe alma pedaço por pedaço, e o encontro final entre elas estava sempre à espreita” (grifo nosso). HAGHENBECK, G. F. O segredo de Frida Kahlo **Editora planeta do Brasil Ltda**, São Paulo, 2019. Neste trecho de apresentação do livro *O Segredo de Frida Kahlo* podemos notar como é transmitido a sua questão com a dor e a morte referenciada nessa obra como “madrinha”.

⁵⁹ ARANHA, F, S. Maria. A integração social do deficiente: Análise conceitual e metodológica. **Temas em psicologia**, n° 2. São Paulo, 1995.

⁶⁰ ⁶⁰ SCOTT, Joan W. et al. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, 1998, p. 299.

(Maria Salete Aranha, 1995)

Busco apresentar brevemente os modelos da deficiência, bem como, os avanços sociais e retrocessos que esse grupo tem enfrentado em paralelo à concepção de deficiência. Oliveira, indica que:

Para analisar a evolução do processo de inclusão das pessoas com deficiência e conhecer as diferentes formas como a sociedade as tem percebido, em cada época, supõe-se o entendimento de que a visão sobre a deficiência é social e historicamente construída.⁶¹

Compreendo que ao tratar sobre a acessibilidade e pessoa com deficiência o corpo se mantém como uma das vias de se estabelecer as relações sociais dentro de nossa sociedade. Nesse sentido, é importante sinalizar esse tópico. David Le Breton⁶² em *A sociologia do corpo* discorre que a:

A expressão corporal é socialmente modulável, mesmo sendo vivida de acordo com o estilo particular do indivíduo. Os outros contribuem para modular os contornos de seu universo e a dar ao corpo o relevo social que necessita, oferecem a possibilidade de construir-se inteiramente como ator do grupo de pertencimento.⁶³

O corpo com deficiência deve ser compreendido como uma das diversas formas de viver, no entanto, nem sempre o corpo com deficiência e a expressão desse corpo é modulável, já que em suma essas deficiências são permanentes. Mas acredito que o seu entorno seja capaz de “ modular os contornos do seu universo” como dito por Breton, no que diz respeito a um mundo mais acessível. Os corpos diversos sempre estiveram e estarão presentes, e isso não podemos mudar, já as relações e os espaços, sim, esses podem se tornar mais inclusivos, se quando deixado de lado os estigmas e estereótipos construídos ao longo da história sobre o corpus com deficiência.

Breton também se dedica a um capítulo intitulado “O corpo “deficiente” onde inicia uma discussão sobre o discurso social que se mantém até a atualidade afirmando que a pessoa com deficiência vive em um mundo acessível, quanto sabemos que ocorre justamente o contrário:

⁶¹ ARANHA, F. S. Maria. A integração social do deficiente: Análise conceitual e metodológica . Temas em psicologia. nº 2. São Paulo, 1995, p. 27.

⁶² David Le Breton é professor de sociologia na Universidade de Estrasburgo. Membro do Institut Universitaire de France e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Estrasburgo (USIAS). Disponível em: <[https://gkacademics.com/events/david-le-breton-pt-br/#:~:text=David%20Le%20Breton%20%C3%A9%20professor,\)%2C%20%E2%80%9CO%20corpo%20ferido](https://gkacademics.com/events/david-le-breton-pt-br/#:~:text=David%20Le%20Breton%20%C3%A9%20professor,)%2C%20%E2%80%9CO%20corpo%20ferido)>. Acesso em: 24 de Maio de 2022.

⁶³ BRETON, L. David. A sociologia do corpo. **Editora Vozes**. Petrópolis, 2007, p. 9.

Ora, uma forte ambivalência caracteriza as relações entre as sociedades ocidentais e o homem que tem uma deficiência; ambivalência que vive no dia a dia, já que o discurso social afirma que ele é um homem normal membro da comunidade, cuja dignidade e valor pessoal não são enfraquecidos por causa de sua forma física ou suas disposições sensoriais, mas ao mesmo tempo ele é objetivamente marginalizado, mantido mais ou menos fora do mundo do trabalho, assistido pela seguridade social, mantido afastado da vida coletiva por causa das dificuldades de locomoção e de infra-estruturas urbanas freqüentemente mal-adaptadas.⁶⁴

Foucault, em *Vigiar e Punir* apontou que o corpo está diretamente mergulhado num campo político: “[...] as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas os investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam, a trabalhos, obrigam, a cerimônias, exigem-lhe sinais”.⁶⁵ Uma pena que essas relações de poder estão contra um mundo acessível e inclusivo.

Para além do entendimento do corpo dentro das relações políticas de poder Foucault ainda afirma que o corpo está ligado a relações complexas e recíprocas à sua utilização econômica, como por exemplo: força de produção.

As diferenças precisam ser reconhecidas e entendidas para que seja possível construir o acesso, por isso, encobrir, normalizar e padronizar eventuais características e diversidade nos leva a uma falsa inclusão e acessibilidade. Ainda em Breton, relata que a sociedade “fala-se então de "deficiente" como se em sua essência o homem fosse um ser "deficiente" ao invés de "ter" uma deficiência”.⁶⁶ Essa discussão semântica é importante uma vez que problematiza determinadas concepções que são disseminadas na sociedade como algo natural.

O estigma da normalidade também ganha destaque quando o assunto é corpo, ainda mais se tratando de um corpo com deficiência. Maciel discorre que é nítido o despreparo da sociedade com as pessoas com deficiência⁶⁷, e destaca que o motivo por trás desse despreparo que nos leva, ao capacitismo, falta de acessibilidade, estão relacionadas com uma dada padronização existente na sociedade:

⁶⁴ *Ibidem*, p. 73.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis. **Vozes**. 1987, p. 25.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ MACIEL, T. Carolina. A construção social da deficiência. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, v. 25, 2007. Florianópolis. 2007. p. 162.

[...] quanto mais afastado do tipo padrão uma pessoa se apresentar menos humana parecerá aos demais e, em consequência, menos direitos lhe serão garantidos. Isso porque, o grupo dominante, que é em geral aquele que personifica o ‘tipo ideal’, tende a padronizar todo o entorno ao seu redor, de modo que melhor lhe convenha.⁶⁸

A partir destas considerações em torno da padronização e da criação dos estigmas e estereótipos, pode-se dizer que os modelos de deficiência, conforme compreendido neste trabalho, também passam pelo estabelecimento desses padrões e compreensões vigentes na sociedade quando de sua elaboração.

Adentrando agora, aos modelos da deficiência, o primeiro que apresento é o religioso. Como já mencionado, no período pré-histórico as pessoas com deficiência eram facilmente abandonadas ou assassinadas, mas, Aranha relata que com o início do movimento cristão essas pessoas passaram a ser concebidas como detentoras de uma alma, agora essa pessoa ficaria aos cuidados da família ou igreja.⁶⁹ No entanto, esse “acolhimento” não era suficiente para incluí-las na sociedade. O modelo religioso nem sempre acolheu essas pessoas, podemos destacar como um dos elementos do modelo religioso a Inquisição Católica na Idade Média que torturou e matou milhares de pessoas incluindo pessoas com deficiência.⁷⁰

A informação sobre as pessoas com deficiência ficarem a cuidado da igreja remete nos remete a um romance popularmente conhecido, *Notre Dame de Paris* 1831 escrito por Victor Hugo no século XIX, no qual podemos destacar como é colocada a questão da família como aquela que abandona uma criança com deficiência, Quasimodo, em uma igreja, por não aceitá-lo, uma prática normalizada naquele período. E por mais que não nos caiba neste trabalho a arte da literatura e do romance podemos entender um pouco da perspectiva das pessoas naquele período em relação a deficiência, se tornando uma possibilidade de estudos, vestígios e concepções a respeito desse grupo no século XIX. Podemos destacar que essa ação caritativa do período foi o princípio para a segregação das pessoas com deficiência por meio de instituições que se consolidaram no modelo médico. Havia instituições para cegos, surdos e pessoas com restrições cognitivas “[...] onde pessoas com deficiências e lesões foram internadas ou abandonadas.”⁷¹

⁶⁸ *Ibidem*, p. 163.

⁶⁹ ARANHA, F, S. Maria. A integração social do deficiente: Análise conceitual e metodológica. **Temas em psicologia**. n° 2. São Paulo, 1995, p. 65.

⁷⁰ NATALIA. Da eliminação à Inclusão. **Vida + Livre**. Disponível em: <vidamaislivre.com.br/colunas/da-eliminacao-inclusao-i/>. Acesso em 07 de julho de 2022.

⁷¹ DINIZ, D. O que é deficiência. Brasiliense. São Paulo, 2007, p. 15.

Com a ascensão do capitalismo, da ciência e da medicina proporcionadas pelas Revoluções Burguesa e Industrial XVII - XVIII o indivíduo passa por novas concepções. Dessa maneira, nesse contexto começa a ser visto a pessoa com deficiência como indivíduos não produtivos, que oneram a sociedade no que se refere ao seu sustento e manutenção. O modelo médico surge com possibilidades curativas e normalizantes, entretanto, nem todas as deficiências têm cura, e elas não devem ser consideradas como anormalidades. De acordo com Diniz:

O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação do que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A normalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. Há quem considere que um corpo cego é algo trágico, mas há também quem considere que essa é uma entre várias possibilidades para a existência humana. Opor-se a ideia de deficiência como algo anormal não significa ignorar que um corpo com lesão medular necessita de recursos médicos ou de reabilitação.⁷²

Nesse sentido, devo apontar que obtivemos muitos resultados positivos do modelo médico e também da ciência, como por exemplo: a reabilitação, a tecnologia assistiva e os mais variados tipos de suporte à vida na sociedade atual. Entretanto, entender a deficiência pelo viés social não significa abrir mão, ou não compreender a medicina como beneficiadora da humanidade, não só das pessoas com deficiência.

No entanto, como já dito no modelo médico, as pessoas com deficiência poderiam ser confinadas em instituições e centros de educação com intuito de afastar essas pessoas com deficiência do convívio social ou de normalizá-las para devolver à família à sociedade.⁷³ O que se mostra como um exemplo nítido de segregação.

Discorro agora sobre o modelo social da deficiência, um grande marco para esse grupo. O modelo social da deficiência surge com a emergência de expandir a temática da deficiência para além da área médica. Ela se iniciou na década de 1970 nos Estados Unidos e Reino Unido formado principalmente por sociólogos com deficiência. Para o modelo social “a deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia estrutura social que oprime a pessoa deficiente.”⁷⁴

⁷² *Ibidem*, p. 9.

⁷³ *Ibidem*, p. 15.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 10.

Nesse sentido, vale destacar que esse modelo,

[...] parte do pressuposto de que as pessoas com deficiência são sistematicamente discriminadas e excluídas da participação na sociedade contemporânea, sendo esse o resultado negativo das barreiras atitudinais, físicas e institucionais que estabelecem tal limite às pessoas com impedimentos corporais (Barnes, 2009; Barton, 2009; Lang, 2009; Santos, 2010). Nesse modelo, a deficiência não é considerada uma tragédia individual, um castigo ou o resultado de certo pecado; não é uma enfermidade que requer tratamento; não deve ser objeto de caridade, nem de ações sentimentais e condescendentes que só geram dependência. Em outras palavras, a deficiência deixa de ser compreendida a partir de um campo estritamente biomédico confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação, que associam a deficiência a uma condição médica ou a uma tragédia pessoal, e passa a ser também um campo das humanidades. Portanto, é uma questão de direitos humanos.⁷⁵

Dessa forma, fica visível como a transformação do modelo médico para o modelo social, não só foi importante, mas necessária para que as pessoas com deficiência compreendessem a si mesmas para além dos âmbitos médicos e reabilitacionais e assim reivindicassem sua presença em outros espaços. O livro *Por um pensar sociológico sobre a deficiência*⁷⁶, organizado por Gustavo Martins Piccolo, traz uma discussão sobre o período Maio de 1968 e a sua relação com o modelo social da deficiência. Nele o autor relata como Maio de 1968 abriu possibilidades para se pensar as multiplicidades e dessa forma *Os caminhos que levaram a constituição do modelo social da deficiência*. Em determinado momento é realizada uma reflexão sobre reescrever e interpretar a história pelas múltiplas formas e literatura em relação às pessoas com deficiência, a primeira tarefa seria permitir que as pessoas com deficiências fossem (sejam) autores de sua própria história de uma forma que transcenda as escritas autobiográficas sobre a tarefa de superação da deficiência:

Ora, se a deficiência é vista como uma forma de tragédia pessoal tal significação tem implicações concretas nos serviços destinados a estes sujeitos e na própria forma como os não deficientes se relacionam com esses pontos. Dentre outras coisas como tragédia, tal qual uma enchente, um terremoto, um tornado, se justificam medidas de cortes caritativo e assistencial tornando a temática mais uma questão de boa vontade que um problema político [...] Em segundo lugar, se a deficiência é uma tragédia, a primeira coisa que devemos fazer é não medir esforços para que a mesma possa ser evitada, assim como qualquer catástrofe natural. Prevenção que se dá nos ambientes de

⁷⁵ Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. A contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*; 24(3): 557-566, 2012. p.559.

⁷⁶ PICCOLO, M, Gustavo. Um pensar sociológico da deficiência. **Ed. Anrris**. Curitiba. 2015.

trabalho, na alimentação, nas escolas, universidades e inclusive nos sistemas de saúde.⁷⁷

Para Diniz no modelo médico, a deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos. De maneira prática a primeira geração do modelo social queria mostrar que as experiências de opressão e exclusão decorreria não das limitações corporais, como o modelo médico definia, mas seria “resultado de organizações sociais e políticas pouco sensíveis à diversidade corporal.”⁷⁸

Nesse sentido, iniciou-se uma caminhada em busca de direitos, visibilidade e cidadania. Como mencionado, a ascensão da primeira geração do modelo social foi de muita importância para o reconhecimento da pessoa com deficiência enquanto sujeito de uma sociedade que busca nada mais, nada menos, que experimentar a vida. Além disso, devemos destacar o papel das teóricas feministas e sua crítica à primeira geração do modelo social da deficiência. Mulheres com deficiência e cuidadoras de pessoas com deficiência inseriram pautas invisíveis aos olhos da primeira geração do modelo social. Luiz e Costa ao escrever um capítulo do Guia Feminista Helen Keller.

Muitas vezes, a história é contada como se fosse linear, passando de um período sem garantia de direitos para um período com garantia de direitos, como vimos no capítulo Deficiência pela perspectiva dos direitos humanos. Entretanto, a história das pessoas com deficiência é marcada por avanços e retrocessos sob influência de contextos mais amplos como economia, política e religião.⁷⁹

De acordo com Sasaki, somente a partir de 1980 o movimento ganhou força na busca da integração das pessoas com deficiência.⁸⁰ O ano de 1980 trouxe avanços relacionados ao modelo social da deficiência, que se baseia nas condições de interação entre a sociedade e as pessoas com limitações funcionais. O modelo social visa a transformação dos entraves existentes mediante políticas inclusivas. Um dos eventos dentro desse período foi o I Encontro Nacional Das Pessoas com Deficiência realizado

⁷⁷ *Ibidem*, p. 58.

⁷⁸ DINIZ, D. O que é deficiência. Brasiliense. São Paulo, 2007, p. 17.

⁷⁹ LUIZ; COSTA. Feminismo e deficiência: um caminho em construção. In: **Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania**. 2020, p. 37.

⁸⁰ SASSAKI, Romeu K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. **Wva**. Rio de Janeiro, 1997, p. 32.

em Brasília, participaram representantes de diversos estados e instituições de pessoas com diferentes deficiências procurando reivindicar seus direitos.

No ano seguinte, em 1981, foi proclamado pela ONU o ano da pessoa com deficiência, o que pode ser compreendido como uma possibilidade para que a questão fosse colocada de maneira mais ampla para a sociedade dando visibilidade à temática e a esse grupo de pessoas. Mais tarde por volta 1990 diante dos avanços notou-se que a integração não era suficiente contra a discriminação⁸¹. A partir disso, novas iniciativas se formaram com a perspectiva de realmente tentar a inclusão.

Em paralelo às questões ora apresentadas, pode-se argumentar que os estudos relacionados à História social, também ganharam impacto a partir das décadas de 1980, juntamente com as novas perspectivas de escrita da história. Em suas análises, Jim Sharpe aponta como um dos precursores desse movimento Edward Thompson. Dessa forma, Sharpe relata que o autor mostrou como o historiador consegue se desdobrar sobre “o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência.”⁸² Tal movimento pode ser evidenciado no livro *Quando novos personagens entram em cena* de Eder Sader onde o autor também se desdobra a analisar a classe trabalhadora e o momento que novos atores “começavam a ocupar os espaços públicos.

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos.⁸³

Acreditamos que a abertura para a escrita de novas experiências de determinados grupos foi um dos impulsos para se discutir e problematizar a exclusão social das pessoas com deficiência hoje e ao longo da história.

Pensando, no contexto político e legislativo de acordo com Maior o ano de 1980 representou para as pessoas com deficiência uma fase heroica, isso porque tivemos o 1º Encontro Nacional das pessoas com deficiência que “fez nascer o sentimento de pertencimento a um grupo com problemas coletivos e, portanto, as batalhas e as

⁸¹ Idem.

⁸² SHARP, J. A história vista de baixo. In: A escrita da história: novas perspectivas. Ed. Unesp. São Paulo, 1992, p. 42.

⁸³ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988. P.26.

conquistas visam ao espaço público.⁸⁴ No ano de 1994 na Espanha ocorreu a Declaração de Salamanca, uma conferência mundial sobre as necessidades educativas especiais, nesta conferência estavam presentes 300 participantes representando 92 governos. O intuito da Declaração de Salamanca era orientar as mudanças políticas públicas educativas a fim de promover uma educação justa e de qualidade para as pessoas com deficiência.

No ano de 2008 foi declarada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiência, um acordo com a ONU onde diversos países como México, Portugal e Japão, assumiram o compromisso de, em sua totalidade, promover a inclusão em todos os segmentos da sociedade. A Declaração dos direitos das pessoas com Deficiência inclui 177 países. E em 2015 foi decretada a Lei Brasileira de Inclusão LBI pela presidenta Dilma Rousseff (PT).

Infelizmente mesmo, com todo esse percurso e os direitos conquistados, ainda temos práticas de exclusão e segregação em nossa atualidade. No ano de 2020 o presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto no dia 30/10 ao qual institui uma nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE). O decreto em questão trata de deixar a escolha de a família matricular o filho em uma escola regular ou especial. Entretanto, o ato de separar pessoas com deficiência das sem deficiência é um retrocesso dentro das políticas público inclusivo visto tudo que foi dito. É claro que ainda há muito que caminhar para se alcançar de maneira geral a inclusão, mas não podemos perder os direitos já conquistados.

Um dos meios para se alcançar uma sociedade anticapacitista é partir da Educação, a escola é um dos primeiros meios de convivência social do ser humano, dessa maneira, a inclusão deve estar presente seja na diversidade dos corpos, seja nos conteúdos escolares. Vendramin diz que o capacitismo é a leitura que se faz a respeito da pessoa com deficiência, assumindo que a condição corporal dessas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes.⁸⁵, assim como temos o racismo e o machismo, o capacitismo também se faz presente em nossa sociedade. Sendo assim, porque não pensar em uma educação anticapacitista?

A questão da educação se mostra importante aos entrevistados para esta pesquisa, como posso observar quando Topazio responde sobre como podemos avançar na inclusão e acessibilidade: “*Na verdade nós precisamos começar do começo, né? Primeiramente a*

⁸⁴ MAIOR, Izabel. Movimento político das pessoas com deficiência : Reflexões sobre a conquista de direitos. Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.28-36, jan./jun. 2017,p.31.

⁸⁵ VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: Capacitismo. **Revista Sofia**, p. 17.

educação, né? sem educação a gente não chega em lugar nenhum e é o que falta hoje em dia no mundo a educação".⁸⁶ Diante disso, podemos compreender que os temas relacionados à acessibilidade e às pessoas com deficiência não se mostram na educação básica.

Lidar com os frequentes retrocessos nas políticas públicas inclusivas, não é tarefa fácil e nesse sentido as redes sociais tem facilitado o movimento desse grupo. Para além da Nova Política Nacional de Educação especial também tivemos a ameaça de fim ao incentivo das cotas nas pós-graduações que incluíam: pessoas com deficiência, negros e indígenas, isso ocorreu no governo Bolsonaro. Felizmente a portaria foi revogada pelo Ministério da Educação (MEC).

1.3. Acessibilidade como uma ferramenta de inclusão no Brasil

A acessibilidade tornou-se uma das maiores reivindicações das pessoas com deficiência, de acordo Romeu Sasaki:

O termo acessibilidade referente ao acesso das pessoas com deficiência em geral têm raízes com início dos movimentos de reabilitação da década de 50 [...] Os profissionais de reabilitação constavam que essa prática era dificultada e até impedida pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e no meio de transportes coletivos"⁸⁷

A palavra inclusão tem origem no latim *inclusio.onis*⁸⁸, definição no dicionário português: "introdução de algo em ação de acrescentar, de adicionar algo no interior de inserção". De acordo com Sasaki, inclusão:

[...] é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros

⁸⁶ Topázio. **Entrevista III**. Realizada remotamente em ligação de vídeo, por meio do *WhatsApp*, no dia 19 de dezembro de 2021, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (33 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

⁸⁷SASSAKI, Romeu Kazumi. O Conceito de Acessibilidade. **Bengala Real**, 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusasaki#:~:texto%20termo%20%22acessibilidade%22%20come%C3%A7ou%20a,final%20da%20d%C3%A9Cada%20de%2040>>.. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

⁸⁸Dados retirados do site Dicionário Aurélio. Disponível em:< <https://www.dicio.com.br/inclusao/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.⁸⁹

Já a palavra acessibilidade também com origem no latim *accessibilitas*⁹⁰, tem como definição “qualidade do que é acessível, do que tem acesso”. A lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2002 estabelece em seu Art. 2, Inciso II que barreiras são:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação”⁹¹

Sem dúvidas a palavra acessibilidade em primeira instância sempre é relacionada às pessoas com deficiência já que sim, elas mais do que utilizam, necessitam para um cotidiano menos desgastante e independente. Porém pensemos por outros ângulos, os idosos, mães com carrinhos de bebês também são usuários.

A acessibilidade tem diversas dimensões a serem desdobradas entre elas a mais conhecida “Acessibilidade Arquitetônica” caracterizada por Sasaki como a eliminação de barreiras e entraves físicos, dando acesso a todos campos da sociedade seja trabalho, lazer e educação.⁹² Outra importante aliada como ferramenta para a inclusão é a “Acessibilidade Atitudinal” que carece de mais visibilidade, esta seria responsável por ações de conscientização a fim de romper com estereótipos, estigmas etc.⁹³ Tanto a inclusão como a acessibilidade estão previstas em leis, entre elas a mais recente LBI⁹⁴ Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sancionada no ano de 2015 pela presidenta em exercício no período Dilma Rousseff. O documento engloba de maneira geral as particularidades relacionadas a todos os tipos de deficiências, seja no âmbito do lazer, saúde, cultura e educação.

⁸⁹ SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação* (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p.1.

⁹⁰ Dados retirado do site Dicionário Aurélio. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/acessibilidade/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

⁹¹ Lei 10.098 de 19 de dezembro do ano 2000.

⁹² SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação* (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 2.

⁹³ *Ibidem*, p. 6.

⁹⁴ Lei 13.146 de 6 de julho de 2015.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Anteriormente, no ano de 2009 tivemos outro marco a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência⁹⁵, declarada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e cujo propósito está explicitado no Art.1: “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.”

Vislumbra-se que a Convenção apresentava elementos de fundamental importância para a pessoa com deficiência, uma vez que apresentava como princípios gerais:

Art. 3: Os princípios da presente Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Vale dizer que o respeito pela dignidade inerente, autonomia individual e a liberdade de fazer escolhas são apresentadas mais de uma vez na Convenção, indicando que esses direitos não são respeitados. Da mesma forma, pode-se dizer da igualdade de oportunidades, da acessibilidade, da não discriminação, da plena inclusão e participação efetiva na sociedade, enfim, direitos básicos que tiveram que aparecer na letra da lei para que fosse minimamente respeitada.

Ao analisar temáticas como acessibilidade e inclusão buscaram evidenciar a presença das pessoas com deficiência na sociedade juntamente com as transformações que devem ser feitas em prol de seus direitos. É preciso compreender que as pessoas com deficiência não querem nada mais do que é garantido na legislação e entende que as

⁹⁵ A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. – Brasília Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

transformações vão além da arquitetura, tal questão pode ser evidenciado na fala da Ametista:

*As pessoas precisam evoluir muito, mais do que os locais adaptados muito mais, porque ali tem uma rampa, mas tem uma pessoa que coloca um carrinho de picolé lá na rampa e a gente precisa passar e eles ainda acham ruim que a gente pede. **Então com entendimento que a gente tem, com a maior maturidade.** [...] a gente vê que às vezes os problemas estão nas pessoas e não nos locais, entendeu? Então talvez a gente precisaria auxiliar as pessoas a entenderem mais sobre acessibilidade, a prestarem mais atenção no próximo.⁹⁶*

A narrativa da nossa primeira entrevistada nos traz diversos fatos que aqui podemos discutir. A noção de acessibilidade por ela apresentada vai além das questões arquitetônicas, ela entende que para que tenhamos uma sociedade inclusiva de fato precisa haver primeiro uma mudança de comportamento, de entendimento e compreensão do que é acessibilidade. Não se tratar apenas de ter a rampa para se ter garantia de acessibilidade, assim como uma vaga de estacionamento não garante que ela seja utilizada por aqueles que têm o direito, muito além desses equipamentos, é necessário que a sociedade compreenda os sentidos e significados da acessibilidade.

A entrevistada também sinaliza que foi ao longo do tempo, com certa experiência que ela pode adquirir essa compreensão. Ao analisar outras entrevistas, encontrei novamente o fator da experiência como relevante grau de importância ao relatar o cotidiano de uma mulher com deficiência em nossa sociedade e seus enfrentamentos.

*Eu acho que a principal, assim a primeira **que vem hoje porque assim, eu já tenho uma maturidade, né?** Então assim, eu vou dar um exemplo do que eu enfrentei no começo da minha vida, né? Que foi no sentido de que o meu diagnóstico é uma doença que ela é progressiva, né? Então assim, as falas que eu ouvi era muito assim de...As vezes nem culpa das pessoas, mas falta delas de terem informações, né? Pra conhecer. Então por exemplo, às vezes vamos supor, me via e passava um tempo e perguntava: “nossa, o que aconteceu que você tá andando diferente?”, né? “Ai, porque você tá andando dessa forma?”, né? Ou então depois passa mais um tempo, “Nossa, você tá na cadeira de rodas?”, e na verdade eu já tinha conversado, eu já tinha explicado, né? O que eu tinha, né? O diagnóstico, já tinha falado. então assim, eu*

⁹⁶ Ametista. **Entrevista I.** Realizada de forma remota por meio da plataforma *Google Meet*, no dia 12 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (1h e 6 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

nunca tive o problema de explicar, de falar, de participar, né? De... Até mesmo para as pessoas entenderem o que é pra que mais pessoas tenham um diagnóstico. Às vezes as pessoas têm mais informação, então eu acho que assim, o primeiro preconceito assim que de certa forma eu sofri e eu vejo que nem é tanta culpa da sociedade, mas é a falta de informação que às vezes era isso, porque na época eu era jovem. Eu era muito mais nova, né? Então se você pensar que uma pessoa com vinte anos, vinte e um anos, né? Deve ficar todo mundo na sua cabeça “O que que você tem?”, “O que aconteceu?”, “Porque você anda assim?”, né? Tudo... Então assim, depois eu vejo que a falta de informação, eu acho que o primeiro ponto falta informação das pessoas em relação a vários tipos de doenças, né? Isso eu vejo que é geral, né? Não só no diagnóstico que eu tenho que é distrofia, que vai progredindo aos poucos, mas tem outras, tem esclerose, né? Tem outras doenças também e indo mais pro lado mesmo da vivência mesmo, da prática, né?”⁹⁷

Dessa forma, percebi como a experiência é relevante em todos os grupos sociais, e como podemos aprender com suas vivências e buscar uma sociedade mais inclusiva. Ambas entrevistadas revelam como a maturidade as fez entender que uma sociedade com mais acesso é possível por meio da conscientização, ou seja, há uma compreensão de que com informação e educação é possível uma sociedade mais inclusiva, empática e menos preconceituosa e capacitista. Além disso, tem-se ainda, revelado pela entrevistada que falar sobre o diagnóstico também pode ser compreendido como um exercício e um direito que auxiliar nesse processo de conscientização.

Nesse aspecto, vale repetir o trecho: *Às vezes as pessoas têm mais informação, então eu acho que assim, o primeiro preconceito assim que de certa forma eu sofri e eu vejo que nem é tanta culpa da sociedade, mas é a falta de informação que às vezes era isso, porque na época eu era jovem.* A entrevistada revela a falta de informação como um elemento central do preconceito para a situação vivida por ela.

As entrevistadas indicam, também, a importância da experiência que tiveram para a sua percepção e maturidade em relação a alguns enfrentamentos. Nesse sentido, vale ressaltar que experiência, tal como indicado por Thompson, pode ser uma categoria de compreensão e análise da sociedade. Pensando no conceito da experiência histórica trabalhado pelo historiador E. P. Thompson, por mais que ele se debruce sobre a classe operária, também nos cabe aqui essa discussão.

⁹⁷ Cristal. **Entrevista IV.** Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

De acordo com Junior, Thompson “buscou em seus trabalhos historiográficos dar voz a homens e mulheres esquecidos nas análises de historiadores marxistas afinados com as teorias estruturalistas”⁹⁸ e diante disso a experiência histórica ganha destaque, ela é entendida como um modelo catalisador de ações sociais como explica Junior.

Sendo assim, pode-se compreender que “as experiências históricas e suas articulações seriam inevitáveis e contínuas. Teriam a função de exercer pressão sobre a consciência social, determinando a construção de materiais humanos conscientes de seus papéis na sociedade de classes”⁹⁹. Acima de tudo, podemos visualizar neste capítulo como a visibilidade e experiência de determinado grupo pode oferecer o acesso aos diversos espaços da sociedade.

⁹⁸ JUNIOR, Alfredo, João. O conceito de experiência histórica em Edward Thompson. ANNAIS XXVI Simpósio Nacional de história - AMPUH. São Paulo. 2011, p. 2.

⁹⁹ *Ibidem*, p.3.

CAPÍTULO 2

A cidade exemplo de acessibilidade

O tema da cidade está cada vez mais presente na cena historiográfica brasileira: a constituição do espaço urbano, o fazer se da cidade como expressão de uma multiplicidade de práticas e experiências.

Paulo Roberto de Almeida, 2005.

Este trabalho teve como impulso, a reportagem já citada que traz a cidade de Uberlândia como exemplo de acessibilidade. Diante disso, como dito por Almeida (2005)¹⁰⁰ a cidade pode ser compreendida como um local com diversas multiplicidades, experiências e vivências. Por isso, propomos a partir deste capítulo conhecer a cidade de Uberlândia a partir de seus moradores e suas especificidades.

2.1. A acessibilidade pelos olhos de seus usuários

A cidade de Uberlândia, situada no interior de Minas Gerais dista 562 km de Belo Horizonte, e 590 km da cidade de São Paulo. De acordo com o site G1 o Município teve um crescimento populacional que chegou em 2021 em 706.597¹⁰¹ habitantes, se mantendo a segunda cidade mais populosa do estado, sendo conhecida como Capital da Logística¹⁰². A cidade, para além de se constituir nesse pólo econômico, é também conhecida por oferecer um conjunto de serviços públicos como atendimento de saúde e educação ainda não levadas a contento às cidades do entorno e região. A cidade conta com algumas instituições de apoio à pessoa com deficiência, entre elas a Associação dos

¹⁰⁰ ALMEIDA, R, Paulo. Encantamentos e desencantamentos da cidade: Trajetórias, cultura e memória de trabalhadores de Uberlândia - 1970 - 200. In: Outras memórias, outras histórias; Edit. Olhos D'água. São Paulo. 2005.

¹⁰¹ CORREA, Arcênio; MOTA, Eliane; TV Integração. Crescimento populacional das regiões de Uberlândia e Uberaba está acima do estimado para Minas Gerais e Brasil. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/01/29/crescimento-populacional-das-regioes-de-uberlandia-e-uberaba-esta-acima-do-estimado-para-minas-gerais-e-brasil.ghtml>>. Acesso em: 01 de abril de 2022.

¹⁰² Conforme OLIVEIRA, Antônio Carlos de. Uberlândia: logística que seduz. <https://diariodeuberlandia.com.br/coluna/3186/uberlandia-logistica-que-seduz>. Acesso em 05 de julho de 2022.

Paraplégicos de Uberlândia (APARU), Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia (ADEVIUDI), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) entre outras.

Para além da apresentação da cidade, também é importante mencionar os dados referentes à população com deficiência. Em 2015 uma pesquisa realizada pelo PS Marketing¹⁰³ no traz o número de 22.000¹⁰⁴ pessoas com deficiência na cidade. Além dessas informações, o site também oferece outras estatísticas que revelam que a deficiência física prepondera dentro do total de pessoas com deficiência na cidade. Além disso, também podemos destacar que entre os domicílios que contemplam a pesquisa do PS Marketing nos quais reside pelo menos uma pessoa com deficiência, 37% deles são classes A/B e 63% Classes C/D. No que diz respeito à maior necessidade das pessoas com deficiência física é a Acessibilidade Arquitetônica que aparece em primeiro lugar.

Outra pesquisa que também nos revela importantes dados sobre as pessoas com deficiência da cidade de Uberlândia é a do Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES). Em sua fase II que foi realizada no ano de 2008, foram 6.281 pessoas com deficiência selecionadas a partir do cadastro na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SETTRAN) e outras instituições para a análise. A pesquisa sinaliza que as pessoas com deficiência física também eram maioria do número total de entrevistados, e que elas se encontravam na região Oeste da cidade. Outro fator marcante é que a maioria dos entrevistados não é natural de Uberlândia, fortalecendo a ideia de imigrantes na cidade mineira ou ainda da necessidade das famílias procurarem por atendimentos especializados ofertados na cidade

No ano de 2010 a cidade de Uberlândia foi considerada pela ONU como uma das 100 cidades do mundo exemplo de acessibilidade. Mas somente em setembro de 2015 o título ganhou visibilidade quando noticiado pelo Jornal Nacional na Rede Globo de Televisão: intitulada “Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes”:

A luta da Associação dos Deficientes valeu a pena: Uberlândia, com 600 mil habitantes, tem rampas de acesso em todas esquinas, no centro e nos bairros, sem distinção: 100% da frota de ônibus com elevadores

¹⁰³ O PS Marketing é um Instituto de pesquisa de mercado e opinião pública, fundado em 1991 pelo José Paulino de Castro Filho na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Disponível em: <[Quem somos | PS Marketing](#)>. Acesso em 25 de Junho de 2022.

¹⁰⁴ A pesquisa pode facilmente ser encontrada na internet. Consta em Sua ficha técnica com as seguintes informações público-alvo composto por pessoas residentes na cidade de Uberlândia com idade acima de 16 anos a coleta se deu no mês de março de 2015 e foram realizadas 400 amostras por meio de uma abordagem presencial no domicílio do respondente caracterizando uma margem de erro de 5% para mais ou para menos. Disponível em: < <https://www.psmarketing.com.br/estatisticas/socioeconomico/pessoas-com-deficiencia-em-uberlandia-2015> >. Acesso em 15 de julho de 2022.

para quem tem dificuldade de locomoção. Piso tátil para orientar deficientes visuais em todas as calçadas, terminais rodoviários, lojas e prédios públicos. Lá, cada projeto novo de rua, prédio ou loteamento só é aprovado se tiver plano pra facilitar a mobilidade dos deficientes.¹⁰⁵

De acordo com a divulgação acima, a cidade possui acessibilidade exemplar em todas as esquinas, transporte público com elevadores, piso tátil nas calçadas, em lojas e prédios e novos projetos de rua, prédio e loteamento, completamente adequados às regulamentações de acessibilidade. Mas, basta tentar circular pela cidade no transporte público para nos depararmos com os mais variados problemas, entre eles, o não funcionamento do elevador nos ônibus; as calçadas completamente inadequadas para a locomoção de cadeirantes, obrigando o usuário inúmeras vezes a dividir a rua com os carros e outros veículos. Além de cidade exemplo que aparece na reportagem divulgada em rede nacional, o site da prefeitura também disponibiliza as seguintes informações:

Uberlândia é referência nacional em políticas públicas em atenção às pessoas com deficiência e se tornou a primeira cidade do Brasil com 100% do transporte coletivo acessível, que foi reconhecido como exemplo de Boas Práticas em Transporte pela ONU Habitat em 2012. O município está entre as cidades de médio porte no país com o maior índice de acessibilidade.¹⁰⁶

Sendo assim, tanto a reportagem, quanto as informações contidas no site podem e necessitam ser exploradas, e isso será feito em conjunto com as narrativas dos entrevistados e outras informações. Dessa maneira, questionamos nossos (as) entrevistados sobre seus principais enfrentamentos enquanto pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia, e a A.C pode nos descrever que:

[...] Tem algumas coisas que eles deixam a desejar digamos que assim não é tanto adaptada igual eles falam, é tem coisas que sim poderia melhorar, mas igual as calçadas eles deviam reformar mais as calçadas que muitas vezes a rampa está com um pedaço quebrado, as ruas mesmo tem muito buraco que a gente tem que desviar para rodinha não cair e não quebrar os rolamentos [...] Assim na minha concepção é os ônibus e os asfaltos principalmente ali no centro da cidade, carro estacionado em vaga de deficiente, como você mesmo citou na reportagem aquela calçada ali da prefeitura que tem aquele sinalizador ali aquela calçada ali é horrível, a calçada entre a estação 5 que você

¹⁰⁵ Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes. **Globoplay**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4478370/>>. Acesso em 12 de julho de 2022.

¹⁰⁶ACESSIBILIDADE. **Portal da Prefeitura de Uberlândia**. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/acessibilidade/>>. Acesso em 12 de julho de 2022.

*tem que atravessar, eu já caí muitas vezes ali a minha cadeira de roda já chegou cair em buraco e eu falei “me ajuda aqui”.*¹⁰⁷

O depoimento da entrevistada Esmeralda traz diversas indagações que podem ser exploradas. A frase “*Tem algumas coisas que eles deixam a desejar digamos que assim não é tanto adaptada igual eles falam, é tem coisas que sim poderia melhorar mas*”¹⁰⁸ pode indicar que tem conhecimento do título da cidade exemplo acessibilidade, e reconhece que melhorias podem ser realizadas. Sendo assim ela traz os elementos que dificultam seu cotidiano e a impede de ter seus direitos de ir e vir com segurança e autonomia dentro da cidade.

De acordo com Esmeralda, as calçadas e a pavimentação de locais importantes, como nas proximidades da prefeitura da cidade, se encontram em péssimas condições, o que já lhe causou até quedas, deixando-a em condição de vulnerabilidade na via pública. Também foi citada a reserva de vagas de automóveis para as pessoas com deficiência e o não respeito dos motoristas a elas que até já resultaram em manifestações na cidade. No dia 20 de setembro de 2019 um protesto para conscientização do uso das vagas de automóveis destinadas para pessoas com deficiência, conforme se lê na reportagem:

O estacionamento de uma quadra inteira na avenida Afonso Pena, no Centro de Uberlândia, foi tomado por cadeiras de roda, na manhã desta sexta-feira (20). A ação era um protesto e fazia parte da campanha de conscientização dos direitos e luta das pessoas com deficiência. Por pelo menos duas horas, motoristas não puderam parar nem estacionar veículos de frente à praça Tubal Vilela. As cadeiras de roda tomaram a via e traziam mensagens que normalmente são usadas por motoristas que usam vagas de deficientes e idosos. São frases como “É rapidinho”, “Só um minutinho”, “Já volto”. Apenas 2% das vagas para estacionamento são reservadas, por Lei Federal, para as pessoas com deficiência. Em Uberlândia, esse número chega a 720 vagas.¹⁰⁹

Como se observa pela reportagem e pela manifestação de conscientização, talvez, a cidade não seja assim, esse exemplo de acessibilidade e respeito aos direitos das pessoas com deficiência. As frases utilizadas na manifestação, são as mais representativas das justificativas

¹⁰⁷ Esmeralda. **Entrevista II** Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 22 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (34 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

¹⁰⁸ Topázio. **Entrevista III**. Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 19 de dezembro de 2021, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (33 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

¹⁰⁹ LEMOS, Vinícius. Ação Conscientiza sobre uso de vagas especiais no trânsito de Uberlândia. Diário de Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/22795/acao-conscientiza-sobre-uso-de-vagas-especiais-no-transito-de-uberlandia>>. Acesso em 05 de julho de 2022.

para o uso indevido das vagas reservadas, revelando a falta de empatia e de educação em relação às pessoas com deficiência.

O Transporte Urbano Coletivo citado como um dos mais acessíveis, também ganhou destaque na narrativa da entrevistada e na de outros entrevistados como citado pelo entrevistado Topázio:

[...] é pior no transporte público, né? Só que aí eu já acostumei. Eu pego pônho um fone de ouvido e finjo que não tô vendo e se você for dar ideia para tudo que acontece, nossa você nem sai de casa, porque para entrar no ônibus, ninguém espera e aí você vai entrar, você, tem que tomar cuidado para não encostar em ninguém, senão pessoa fica bravo com você.¹¹⁰

Refletindo sobre essa fala, posso compreender, uma perspectiva voltada para o capacitismo enfrentado, marcado principalmente pela presença de uma pessoa com deficiência no transporte. Mas, impressiona a forma como o entrevistado se relaciona com a falta de condições e a forma como se sente tratado no uso do transporte público por ser uma pessoa com deficiência. Nesse sentido, vale repetir a frase: *pônho um fone de ouvido e finjo que não tô vendo e se você for dar ideia para tudo que acontece, nossa você nem sai de casa*. O “fingir que não está vendo” revela uma tentativa de não sofrer ainda mais com os obstáculos e preconceitos que encontra em sua locomoção pela cidade que passa pela falta de respeito ao seu direito de ir e vir.

Em outro momento, a entrevistada Cristal também narra um pouquinho do período em que necessitava do transporte público para ir à faculdade: *[...]Então assim eu acho que esse ponto, transporte com qualidade, eu sofri isso na pele porque não tinha transporte de qualidade pra mim, né? Então eu tinha que andar um monte de rua pra pegar o ônibus no outro bairro vizinho¹¹¹*. Mais uma vez, tem-se a observação das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no processo de locomoção pela cidade para participar de atividades cotidianas como ir às aulas, seja na escola ou na faculdade.

O relato de Cristal continua:

Eu lembro que em 97, eu já tinha o diagnóstico, então eu tinha uma dificuldade mínima, era exemplo assim, pra eu subir em ônibus alto, eu tinha dificuldade. Igual por exemplo uma pessoa

¹¹⁰ Topázio. **Entrevista III**. Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 19 de dezembro de 2021, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (33 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

¹¹¹ Cristal. **Entrevista IV**. Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

*idosa hoje custa subir num ônibus alto, ela custa subir. Então aí eu lembro que mudaram os ônibus do bairro que eu morava, eu não conseguia subir nos ônibus porque era muito alto, era uma coisa desproporcional e eu lembro que eu tinha que andar um monte de rua pra pegar o outro ônibus que era mais baixo, né? Então esse tipo de situação se você pensar assim, você não ter um ônibus...*¹¹²

Como se observa a acessibilidade no transporte público não significa apenas estar equipado com elevador para cadeirantes ou pessoas com dificuldade de locomoção, mas ofertar veículos de piso baixo que permitam o acesso de qualquer pessoa com alguma dificuldade de mobilidade, isso inclui outros tipos de deficiência e também idosos, mães com carrinhos de bebê.

A entrevistada Ametista também expressou na entrevista a sua vivência no Transporte público da cidade de Uberlândia ao longo dos anos:

*Então eu percebi uma evolução, né? Querendo ou não, a cidade ela conseguiu melhorar essa questão de elevadores nos ônibus, porque bem antes, quando eu mudei para cá [...] era um elevador, um ônibus adaptado para cada linha. A gente tinha que esperar o ônibus voltar para conseguir embarcar. Hoje não, hoje todos os ônibus são adaptados, às vezes tá com defeito e isso acontece, mas assim, evoluiu bastante. Hoje, assim ao meu ver, o principal fator que interfere bastante na nossa independência tipo em qualquer deficiência, seja física ou visual, é a questão das pessoas [...]*¹¹³

Nas narrativas acima, posso compreender que existe uma evolução da cidade e que por vezes Uberlândia pode ser compreendida ou não como referência por determinados moradores em relação a experiência de cada um deles. Os relatos de Ametista e Cristal são diferentes em determinados pontos, entretanto as dificuldades de embarque podem ser vistas nos dois processos. Também nos foi relatado que a partir da dificuldade experienciada por Cristal no transporte público da cidade de Uberlândia, ela foi impulsionada a obter sua carteira de habilitação, adquirir um carro e melhorar as condições vivenciadas por ela em seu cotidiano dentro da cidade.

¹¹² Cristal. **Entrevista IV**. Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

¹¹³ Ametista. **Entrevista I**. Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 12 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (1h e 6 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Em virtude do que foi dito, busquei mais informações sobre o transporte público da cidade de Uberlândia, e pude conhecer a dissertação do Gilmar Rabelo Borges¹¹⁴, onde ele se dedica a realizar uma *Avaliação de acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano*. A análise traz muitas considerações importante uma delas é que “devido ao constante movimento das pessoas, bem como a baixa condição financeira de aquisição de outro modo, o transporte coletivo se transformou em um serviço imprescindível a ser oferecido para a população tipicamente urbana”¹¹⁵ Nesse sentido, pode-se afirmar a consideração ao observar a seguinte fala:

[...] assim, eu sempre fui de família muito simples financeiramente, então assim, ninguém teve carro. Meu pai não tinha carro, minha mãe não tinha carro, minhas irmãs também não, então eu realmente tive que ir mesmo atrás das coisas¹¹⁶.

Ainda pensando no transporte público, o site Guia de Rodas menciona que “foi necessário muito empenho para que a transformação acontecesse na acessibilidade no transporte público” e que a evolução começou a acontecer a partir da constituição de 1988. Com isso, também é disponibilizado no site uma lista com grau de 1 a 0 de acessibilidade, onde 1 quer dizer não é acessível e 10 acessível com desenho universal. O nível 10 possui uma “rampa projetada para a plataforma de uma estação-tubo, permitindo o embarque/desembarque em nível de todos os passageiros, com autonomia e segurança, por todas as portas¹¹⁷”, isso na cidade de Curitiba.

A autora da matéria do Guia de Rodas é também a idealizadora do Blog Cadeira Voadora que também oferece elementos que nos ajudam a pensar no transporte público, principalmente porque ele possibilita aos seus leitores trazer relatos e registros do cotidiano das pessoas com deficiência. Especificamente um deles me chamou atenção um caso da cidade de Londres capital da Inglaterra sobre a linha de ônibus vermelha:

¹¹⁴ Rabelo é pessoa com deficiência e Engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Uberlândia, sócio fundador da APARU, servidor público com intervenções na Seção de Acessibilidade, subordinada à Secretaria de Planejamento Urbano da cidade de Uberlândia.

¹¹⁵ RABELO, G.B. Avaliação de acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano. Uberlândia. 2008 p. 6.

¹¹⁶ Cristal. **Entrevista IV**. Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

¹¹⁷ MARTINS, Laura. Acessibilidade no transporte público. **Guia de rodas**, 2020. Disponível em: <https://guiaderodas.com/acessibilidade-no-transporte-publico/>. Acesso em 11 de julho de 2022.

Eu a utilizei inúmeras vezes, quando estive lá. Os veículos deslizam na pista como se fossem alados, tal a qualidade do asfalto e do próprio ônibus, que é da marca Volvo. Além disso, os motoristas recebem um treinamento rigoroso. Nunca presenciei uma freada brusca, para terem uma ideia [...] Minha intenção, com este post, não é motivar o leitor a se mudar do país, até porque todos têm algum tipo de problema. Minha meta é nos ajudar a compreender a necessidade de lutar por um transporte melhor aqui mesmo.¹¹⁸

O trecho se mostra importante à medida que compreendemos que o intuito do relato é buscar melhorias no transporte público acessível do Brasil.

Se tratando da população da cidade de Uberlândia, Rabelo relata que somente no final do século XX com a implementação das legislações e as solicitações das pessoas com deficiência movimentos começaram a ser feitos em relação a adequação no transporte público da cidade de Uberlândia se tornando o transporte público mais acessível.¹¹⁹

Posso destacar aqui uma importante movimentação na cidade relacionada a acessibilidade, no dia 18 de junho de 2019 o site Diário de Uberlândia publicou uma reportagem a respeito do projeto de lei, que dizia:

Pessoas com deficiência física questionam o projeto de lei que autoriza profissionais liberais a fazerem parcerias para o atendimento em locais que oferecem acessibilidade que não sejam suas próprias salas.[...] Segundo os entrevistados do Diário, se sancionada, será um retrocesso, além de ferir o Estatuto da Pessoa com Deficiência.¹²⁰

A Lei em questão trata de estabelecer que um imóvel que não seja capaz de passar por adaptações cabíveis na legislação da acessibilidade, possa fazer parcerias com

¹¹⁸ MARTINS, Laura. Transporte público acessível | Londres. **Cadeira voadora**, 2019. Disponível em: < <https://cadeiravoadora.com.br/transporte-publico-acessivel-londres/> >. Acesso em 07 de julho de 2022.

¹¹⁹ RABELO, G.B. Avaliação de acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano. Uberlândia, 2008. p. 7.

¹²⁰ PROJETO sobre acessibilidade gera questionamento de associações em Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, 2019. Disponível em :< <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/21915/projeto-sobreacessibilidade-gera-questionamento-de-associacoes-em-uberlandia> >. Acesso em 11 de junho de 2022.

estabelecimentos acessíveis para receber as pessoas com deficiência. O Diário de Uberlândia reportou a notícia e deu a oportunidade de manifestação para aqueles que defenderam a implementação e também para aqueles que não concordaram. Esta lei foi proposta pela então vereadora Flávia Carvalho (PDT) e foi sancionada pelo prefeito Odelmo Leão (PP), na Câmara Municipal de Uberlândia começando a vigorar em 30 de julho de 2019. A lei em questão altera a Lei 12.650 de 63/2017 e traz no Art. 12:

Os estabelecimentos prestadores de serviços que comprovarem a impossibilidade técnica de adequar o imóvel às exigências previstas na legislação para garantir a acessibilidade, conforme disposto no art. 12 da Lei 12.650 de 18/04/17 deverão, celebrar termos de parceria e cooperação com os estabelecimentos que já estejam certificados pelos órgãos competentes, a fim de utilizar instalações e equipamentos para atender seus pacientes com deficiência.¹²¹

Diante disso, acredito que a situação seja um tanto quanto instigante. Vejamos, a cidade que recebe o título de exemplo acessibilidade, é a mesma que flexibiliza as normas de adequações e exigências criadas e mantidas em prol da acessibilidade? Acredito que esse não seja o melhor exemplo a ser seguido. Posso destacar outras situações vivenciadas na cidade que nos auxiliam na compreensão de seu contexto. Tudo se torna ainda mais conflitante quando se toma conhecimento da Cartilha da Acessibilidade em sua 4ª edição disponibilizada pela prefeitura de Uberlândia onde afirma que o “ documento é uma referência técnica para construções acessíveis e adaptações de obras existentes¹²². Totalmente didática, a cartilha destaca os principais pontos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), cabe agora investigar essa acessibilidade na prática.

Pensando nessa legislação aprovada, questiono Topázio se ele já havia deixado de ir a algum lugar que queria por falta de acessibilidade ou outro elemento ele respondeu: *Ah já, até mesmo aqui no Morumbi mesmo. Tem algumas lojas que são altas e não tem como você subir, né? Não tem rampa, não tem nada, só tem degrau.* Morumbi é um bairro periférico da zona leste da cidade de Uberlândia, que, como posso perceber, também necessita de atenção no quesito acessibilidade. Sobre a cidade ser exemplo ele comenta *“É, pra ser exemplo tem que mudar muita coisa, né?”*.

¹²¹ Lei nº 13151 de 30 de julho de 2019.

¹²²UBERLÂNDIA, Cartilha da acessibilidade. Uberlândia. 2019. Disponível em: <http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/21280.pdf>. Acesso 29 de julho de 2022.

A partir disso, também me ocupei em saber dos locais de entretenimento e seu acesso por nossos entrevistados, garantido no Capítulo IX da LBI que dispõe no Art.42 “direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. Um depoimento em específico chama a atenção para o elemento *maternidade*, será que todas as opções de lazer estão aptas a receber uma mãe com deficiência e seu filho ainda criança? A entrevistada Cristal é uma mulher com deficiência e pode trazer elementos do seu cotidiano enquanto mãe para ser analisada a acessibilidade na cidade de Uberlândia:

Às vezes eu quero ir num cinema, né? Eu quero ir no cinema com meu filho, agora não na pandemia, mas antes. Nem todos os cinemas é aquela entrada que você entra lá e você fica numa posição de frente pra tela, né? Eu já fui em cinema que eu fiquei lá embaixo olhando pra cima, chega o pescoço a doer, porquê? Porque não tinha como me colocar na parte de cima, né? Eu vejo por exemplo passeios também, né? Que criança quer ir, por exemplo quer ir num parque, num clube e aí às vezes determinados lugares que eu vou e eu não entro na piscina, né? Ele entra, fica lá dentro brincando com o pai dele e eu fico de fora porque a piscina não tem como eu entrar, né? Então assim, essa parte assim eu acho que falta muito, sabe? Esse olhar mesmo, é...Porquê? Porque a vontade era de estar ali dentro da piscina, brincando com ele, né? Fazendo as coisas normal como todo mundo e as piscina não têm acesso.

Como pode-se observar, a entrevistada citou alguns locais em que a falta de acessibilidade pode influenciar no seu contexto maternidade. É importante compreendermos que a maternidade no caso de mulheres com deficiência possui diversas significações. De acordo com Lopes, a maternidade foi constituída pelas narrativas relacionadas à função social da mulher sendo condicionada não só biologicamente, mas também culturalmente, uma lógica baseada no patriarcado¹²³. Como aponta Constantino e Luiz :

Vivemos numa sociedade totalmente capacitista e machista, na qual as pessoas, de modo geral, enxergam as mulheres com deficiência de forma paradoxal e mítica: por vezes assexuada, por vezes hipersexualizada. Na concepção assexuada, as pessoas entendem que as mulheres com deficiência não possuem sexualidade, que são infantis e

¹²³ LOPES. H, Paula. “Eu posso ser mãe, sim” : Processos de significação acerca da gestação e da maternidade de mulheres com deficiência. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018, p.22.

incapazes de fazer coisas cotidianas e suas próprias escolhas em relação à sexualidade¹²⁴.

Dessa forma, a maternidade e a gestação são compreendidas pela sociedade como não pertencentes às mulheres com deficiência, isso porque historicamente há uma naturalização da maternidade e gestação se consolida em um ideal de condição de saúde e bem-estar, o que ocorre de maneira diferente para as mulheres que experienciam a deficiência. Isso porque, como já citado nos modelos da deficiência, as pessoas que pertencem a esse grupo são vistas como incapazes e fora do padrão estabelecido pela sociedade. Lembrando que os direitos sexuais e reprodutivos são garantidos por lei às pessoas com deficiência. Nesse sentido, pensando no relato de Cristal, pode-se compreender que além do capacitismo enfrentando em relação a sua maternidade ela enfrenta situações que são excludentes durante os momentos de lazer com sua família devido a falta de acessibilidade.

Nesse sentido, manifestações como estas destacadas podem dizer muito sobre a cidade e sua população com e sem deficiência, o primeiro ponto a ser destacado é a movimentação do grupo de pessoas com deficiência em busca de conscientização no caso das vagas de automóveis destinadas a elas, isso indica que essa situação é cotidiana e que a população sem deficiência não detém uma percepção inclusiva da questão. A partir disso, também podemos pensar na luta pela permanência de direitos quando observamos um grupo de pessoas com deficiência se manifestando contra projetos de leis que ferem sua liberdade e direitos civis. Dessa forma os relatos de experiência contribuem e questionam a referência da cidade como exemplo de acessibilidade. Também é possível pensar quais locais as pessoas com deficiência têm ocupado, que não se restringe mais a locais hospitalares e reabilitacionais, mas também se ocupa de lazer e entretenimento seja com os amigos ou em família como a entrevistada Cristal.

O entrevistado Topázio já conheceu outras cidades além de Uberlândia ele relata que: *“assim de alguns lugares que eu já andei já visitei. Uberlândia tá bem à frente, mas peca em vários outros aspectos também”*. Sendo assim, ele demonstra que a cidade tem sim seu nível de adequação a acessibilidade, mas isso não se dá de maneira integral em sua fala e experiência. Dessa forma, Cristal também nos diz sobre as localidades menos centralizadas.

¹²⁴ CONSTANTINO, C; LUIZ C. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Mulheres com Deficiência: Garantia de direitos para exercício da Cidadania. 2020. P.52.

Uma coisa é você falar o centro da cidade, mas a gente não mora só no centro da cidade. Você quer ir pra um bar, você quer ir numa clínica... Ah, eu quero fazer uma consulta no Bairro Martins. São às vezes são ruas estreitas, ruas que não tem formas adequadas pra poder entrar, né? Infelizmente eu observo muito isso em estabelecimentos que ainda não tem rampas adequadas, né? Se você falar assim, você vai numa clínica médica, o mínimo que tinha que ter era uma rampa adequada. Às vezes são rampas muito íngremes, né? Que eu lembro que eu fui fazer um exame uma vez numa clínica, exame do coração, que eu: “Meu Deus, que rampa é aquela?”. Então assim, até a pessoa sem uma cadeira, você custa a ir, né? Então assim, eu acho que essa parte de acessibilidade, acho que tudo que eles vão construir tem que estar de acordo com o Inmetro, procurar mesmo normas adequadas porquê? Você tem que fazer uma rampa com o olhar de quem tá ali andando na rampa, né? No olhar de quem usa a rampa, né? Com a cadeira de roda, de quem tem uma mobilidade reduzida, ter as barras, corrimão adequadas pra pessoa apoiar. Então assim, eu já vejo muitas situações que Uberlândia tá muito a fim de ser considerada uma cidade que eles falam acessível.¹²⁵

Diante disso, posso questionar até que ponto medidas estão sendo tomadas para que as pessoas com deficiência possam ocupar todos os espaços? Como a cidade de Uberlândia tem oferecido este acesso? É reconhecido que medidas de acessibilidade foram tomadas como aponta Rabelo na apresentação de sua dissertação em que relata sua participação no ano de 2000 na implementação de 17 vagas destinadas a pessoas com deficiência condutoras ou não, e 300 rampas na Av. Floriano Peixoto e Afonso Pena. No entanto, as pessoas com deficiência estão distribuídas em toda a cidade, inclusive nos bairros periféricos.

Como já dito, a acessibilidade deve ser fornecida com autonomia e segurança, entretanto em muitas situações o que pode ser observado é uma falsa acessibilidade, rampas e calçadas feitas em péssimas condições de uso, como foi dito pela entrevistada Cristal e repito “*Às vezes são rampas muito íngremes, né? Que eu lembro que eu fui fazer um exame uma vez numa clínica, exame do coração, que eu: “Meu Deus, que rampa é aquela?”*”. Nesse sentido também alertamos outro elemento que também deve ser questionado a manutenção de elevadores e plataformas elevatórias em espaços públicos e privados. Inclusive no dia 16 de maio de 2022 O Diário de Uberlândia publicou a seguinte reportagem:

¹²⁵ Cristal. **Entrevista IV**. Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Uma idosa de 94 anos morreu após cair de um elevador, na manhã desta segunda (16), em Uberlândia. O caso foi registrado em uma clínica médica localizada na avenida Nicomedes Alves dos Santos, no bairro Tabajaras.¹²⁶

É indiscutível que tenha se perdido uma vida por falta de fiscalização e manutenção em relação a acessibilidade, seja em instituições públicas ou privadas, nas vias educacionais, hospitalares e de lazer. Isso nos mostra, porque muitas vezes, para as pessoas que têm algum tipo de mobilidade reduzida o desejo de não sair de casa, às vezes pelos olhares preconceituosos e até por medo por não se sentirem seguras

CAPÍTULO 3

Educação, Acessibilidade e pandemia

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

Dentro das possíveis vertentes de pesquisa incluídas nas dimensões da acessibilidade, reafirmando o direito à educação, considero as perspectivas trazidas pelos entrevistados onde a temática educação e ensino ganharam destaque. Dessa forma, observei que acessibilidade é um importante componente para o acesso de pessoas com deficiência ao ensino de maneira justa e inclusiva.

Pensando um pouco nesse contexto histórico em 1996 criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica - LDB¹²⁷ que estabelece em seu *Art. 4 o dever do estado com a educação escolar pública: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades*

¹²⁶ Idosa de 94 anos morre após cair de elevador em clínica médica de Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, 2022. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/31223/idosa-de-94-anos-morre-apos-cair-de-elevador-em-clinica-medica-de-uberlandia>>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

¹²⁷ BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 13 de julho de 2022.

ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. E por último, mas não menos importante, a Política Nacional de Educação Especial.

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) 2008 na perspectiva da Educação Inclusiva¹²⁸, tem como intuito acompanhar os avanços dos conhecimentos e das lutas sociais para se construir políticas. No entanto, Infelizmente no ano de 2020 a PNEE teve um enorme retrocesso ao ser alterado pelo governo Bolsonaro, em meio aos direitos já conquistados. Segundo o Governo, a alteração abre a possibilidade de escolha da família em escolher escolas especiais, ao invés das classes regulares para alunos com deficiência, mas o que realmente acontece é a segregação.

Sendo assim consideramos que “situar a inclusão escolar pela via da acessibilidade possibilita uma chave de leitura que a coloca como produtiva estratégia de condução dos sujeitos à participação, possibilitando a todos que adentrem no jogo do mercado [...]”¹²⁹.

Nesse sentido, os entrevistados apontam para a educação com um meio de conscientizar a sociedade sobre a acessibilidade e inclusão. Para Topázio:

*[...] nós precisa começar do começo, né: Primeiramente a educação, né? Sem educação a gente não chega em lugar nenhum e é o que falta hoje em dia no mundo, a educação. [...]a gente tem que começar desde pequeno, né? Porque através daí a mudança vai acontecendo. Igual mesmo eu fui criado, no ônibus eu tô sentado e chegasse alguma pessoa mais velha que você daria o lugar para ela, então você foi crescendo com isso, você acaba fazendo aquilo ali automaticamente [...] começar ali desde o colégio, desde o jardim mostrando para as crianças como é que.*¹³⁰

¹²⁸ Grupo de trabalho da política nacional de educação especial. **Portal do Ministério da Educação**, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2022.

¹²⁹ KRAENER, G. M., & THOMA, A. S. (2018). Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38(3), p. 560.

¹³⁰ Topázio. **Entrevista III**. Realizada por meio do *Whatsapp*, no dia 19 de dezembro de 2021, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (33 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Neste trecho pode-se observar que Topázio faz uma analogia entre a conscientização sobre as reservas de vagas para idosos no transporte público e a conscientização que precisa ser construída em relação a acessibilidade e inclusão a partir da educação. Ou seja, a presença e vivência de pessoas com deficiência na educação pode colaborar com essa conscientização. Entretanto, precisamos de espaços acessíveis o que de fato ainda não ocorre em todas as escolas:

As minhas dificuldades foi a porta, o banheiro também não tinha corrimão e a mesa também às vezes eu tinha que ficar lá de fora eles arrumavam uma mesinha que desse para ficar de onde que desce para enxergar, entre a porta e o lado de fora porque não tinha mesa acessível também¹³¹.

Nesta fala a entrevistada relata a dificuldade de adentrar a sala de aula e o fato de ter que ficar do lado de fora da sala o que retrata a completa falta de inclusão e apenas a sua integração, uma vez que:

Pela integração escolar, o aluno tem acesso as escolas por um meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai dá inserção das salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais[...] Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos a inserção¹³².

A integração acaba por segregar os alunos com deficiência, diferente da inclusão que tem como regra a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula de ensino regular¹³³ Na integração o aluno se adapta a escola e, a inclusão é justamente ao contrário, a escola deve estar adaptada às necessidades do aluno.

Outro fator existente que se mantém ligado diretamente à perspectiva escolar é o percurso de casa até a escola. Uberlândia é apresentada em posição de cidade exemplo de acessibilidade então, é pertinente que se revele as particularidades vividas por seus usuários. Nesse sentido, há que se problematizar os percursos e os serviços utilizados

¹³¹ ¹³¹ Esmeralda. **Entrevista II** Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 22 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (34 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

¹³² MANTOAN, E. Tereza, Maria. *Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?*. Moderna. São Paulo. 2003, p. 13.

¹³³ *Ibidem*, p. 15.

pelos estudantes para chegarem à escola, a entrevistada Esmeralda também lidou com essa problemática:

Aí quando eu fui para o ensino médio devido eu ter machucado o pé eu tava usando a porta a porta só que não é as vans que tem o elevador, é aquelas comum escolar só que buscava pessoas com necessidades especiais aí eles não levavam cadeirante por causa das poltronas então é muita das vezes eu tinha que acordar cedo 5 da manhã para poder ir de ônibus porque esses ônibus lotado e tinha que estar 7 horas da manhã lá.¹³⁴

Aqui mais um relato que nos leva a compreender a maneira como essa jovem teve que lidar por conta da torção no pé, nesse momento Esmeralda queria ser acolhida por necessitar usar durante um período a cadeira de rodas, o que de fato não aconteceu porque ela precisou se desdobrar utilizando o ônibus, para ter acesso a escola mesmo com outras possibilidades de transporte acessível.

Não obstante todas essas situações a entrevistada relatou passar por situações constrangedoras de exclusão com os colegas de classes “[...] muita das vezes os meninos não me colocavam em grupo para fazer trabalho eu tinha que fazer meus trabalhos sozinha ou então o professor tinha que assim mandar eles me convidar para fazer parte do grupo [...]”¹³⁵. E diante disso tudo a aluna optou por parar os estudos. Sendo assim, podemos visualizar as diversas questões que um aluno com deficiência pode passar durante sua trajetória escolar, o que resulta na evasão desses alunos como também dificulta sua inserção em outros espaços. Para que de fato essa inclusão escolar aconteça precisamos nos atentar para “as barreiras existentes no dia-a-dia para inclusão dos alunos em situações de desvantagem” e colocar em ação legislações que contemplem a acessibilidade como um desses meios, isso pensando em todas suas dimensões, arquitetônica, atitudinal, pedagógica, comunicacional etc...

3.1. Ensino Superior

¹³⁴ Esmeralda. **Entrevista II** Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 22 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (34 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

¹³⁵ Esmeralda. **Entrevista II** Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 22 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (34 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Com a presença das pessoas com deficiência nos diversos espaços, inclusive no ensino superior, é esperado que transformações ocorram e viabilizem este acesso e permanência:

[...] a educação superior também tem passado por transformações estruturais importantes, como, por exemplo, a implantação do sistema de cotas para alunos de escolas públicas, negros e/ou com deficiências. Esse novo cenário exige esforços para garantir a permanência, com qualidade, desses segmentos nas universidades brasileiras. Afinal, como afirma Coulon (2008), “acessar o ensino superior não garante o acesso ao saber”.¹³⁶

Partindo agora para pensar um pouco na acessibilidade no Ensino Superior, ao analisar as narrativas podemos questionar o ensino superior e seu acesso compreendendo assim que não só as escolas de educação básica necessitam da acessibilidade mas também as universidades. Minha experiência enquanto aluna com deficiência também revelou questionamentos, e na busca por análises que contemplassem a discussão pude conhecer a tese de Freitas *Políticas de inclusão na educação superior: ecos da acessibilidade arquitetônica na UFU*¹³⁷. Logo em sua introdução percebe-se que as pessoas com deficiência estão ocupando seus espaços e questionam a acessibilidade a partir de suas vivências:

Sendo eu pessoa com deficiência locomotora, usuária de cadeira de rodas; e sendo servidora na UFU, deparei-me com vários obstáculos – as chamadas barreiras arquitetônicas – durante os deslocamentos no Campus Santa Mônica; obstáculos que dificultam, ou mesmo impedem, a autonomia durante os trajetos. Tal situação me levou a alguns questionamentos sobre o espaço (lugar) e a acessibilidade que se apresentam nesse campus.¹³⁸

Para além de sua experiência, Freitas discute a acessibilidade da UFU a partir de uma lógica Foucaultiana da Heterotopias, pensar o espaço desta universidade como construído a partir das relações de poder não possibilitando um sistema de acesso homogêneo que chegue a todas as pessoas inclusive as com deficiência.

Dessa forma, voltamos às entrevistas, tanto Ametista, Esmeralda e Cristal relataram ocasiões dentro da Universidade que sinalizam esta falta de acessibilidade e

¹³⁶ FIGUEIREDO, AC., et al. Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva. In: SAMPAIO, SMR, org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 187-207. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books.

¹³⁷ FREITAS, Márcia Guimarães de. Políticas de inclusão na educação superior: ecos da acessibilidade arquitetônica na UFU. 2021. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 16.

inclusão. Vale ressaltar que as três entrevistadas são ou foram alunas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), porém de cursos distintos. Questionada sobre como era a acessibilidade no seu curso, a entrevistada Ametista relata:

Então, meu Campus é de todos os campus da UFU, é um dos mais antigos. Não sei se vocês já chegaram a ir na Educa, mas lá a situação é assim muito diferente dos outros Campus, porque parece que lá os recursos não chegam como nos outros Campus. O pessoal fala que é o último a receber as coisas. Então era o passeio lateral para entrar dentro da UFU mesmo, tava todo quebrado, cheio de buraco, porque tem uma árvore lá grande e essa árvore a raiz dela é na calçada, então é e foi assim todos os anos que eu estudei lá. Eles nunca mexeram nesse passeio, e era um passeio onde entravam idosos, crianças deficientes, porque lá tem o projeto de deficientes né, o AFRIDI, que é para idosos né, então isso sempre foi um problema, a gente sempre reclamava dele. Mas a entrada de lá da Educação física não dá para entrar pela entrada principal, porque só tem escada, então a gente tinha que dar a volta e entrar pelo portão da academia. Lá sentia algumas limitações na questão da acessibilidade mesmo, o passeio do chão cheio de buracos era perigoso, a rodinha da cadeira ficar presa lá, e já aconteceu várias vezes. Eu quase caí por conta disto, por conta dessas questões. A questão de banheiro, de acessibilidade até que não muito, mas porta de sala de aula se a cadeira fosse mais larga não passava. Por ser mais antigo o prédio, lá tem dois andares, salas de aulas e para o segundo andar, não tinha elevador e nem tinha condição de colocar um elevador lá e aí, logo quando eu comecei, eles não tinham essa noção que eu tinha que subir para o segundo andar né. E aí várias vezes meus colegas tiveram que me levar até o segundo andar, me pegaram, pegaram a cadeira para subir, porque colocaram as nossas aulas lá em cima, isso foi mais ou menos no primeiro período. E aí depois do segundo período, eu fui lá, conversei com a coordenação e falei para eles, ou vocês arrumam um elevador ou então colocam todas as minhas aulas só no primeiro andar, porque para eu ficar subindo todo dia, dá um trabalho, me esforçando todo dia para fazer isso não convém. E aí eles começaram a colocar minhas aulas só no primeiro andar, mas assim, a Educa é muito limitada, tem muita rampa, às vezes a gente não consegue subir sozinha, então lá realmente foi muito

esforço, muito grande, mais do que nas escolas. Para eu poder me formar, por incrível que pareça, foi bem complicado, mas nos outros Campus em geral era mais tranquilo porque eu tive aula no Santa Mônica, tive aula no Umuarama também, e lá era mais tranquilo que na Educa. Realmente lá era mais complicado.

A Universidade de Uberlândia (UFU) conta com quatro campus localizados na cidade de Uberlândia, são eles: Santa Mônica, Umuarama, Educação Física e Glória. De acordo com Freitas, o campus Santa Mônica em comparação com os demais é onde existe maior número de alunos com ou sem deficiência¹³⁹.

O Campus que Ametista faz menção é o da Educação Física, como foi mencionado ela enfrentou durante toda sua graduação a falta da acessibilidade que em certa medida limitou seu acesso de maneira integral. As barreiras arquitetônicas foram mencionadas a partir da entrada do Campus até as estruturas internas incluindo o elevador e o acesso às salas de aulas. Pensando em elevador, a entrevistada Cristal também passou por uma situação envolvendo o mesmo só que agora no Campus Santa Mônica:

[...] eu vou dar um outro exemplo que eu já vivenciei na UFU. Fui fazer uma prova de proficiência em Inglês, né? Para o processo do Doutorado. Marcaram no bloco lá que eu esqueci qual aí beleza. Quando eu fui fazer a inscrição, eu coloco lá, que eu preciso de um lugar adaptado porque eu uso cadeira de rodas. Cheguei lá pra fazer a prova e o que que aconteceu? O elevador estragado, o elevador não funcionava. Ai meu esposo foi comigo, né? E ele briga pra valer. Foi lá, chamou o moço da prova lá, o moço lá e falou: “Fulano, deixa eu te falar, o elevador...”, aí o moço falou assim: “Ah, a gente ajuda ela a subir a escada.”. Eu falei: “Não.”, eu falei: “Não, senhor. Como assim vocês me ajudam? Vocês vão me carregar? Que absurdo! E se eu cair? Se eu machucar? Eu quero um lugar adaptado para fazer minha prova.”, “É, mais porque a gente fez o teste nesse elevador aqui antes de ontem, o elevador funcionou, hoje não tá funcionando.”, eu falei assim: “Então, então vocês vão resolver que eu vim hoje aqui pra

¹³⁹ FREITAS, Márcia Guimarães de. **Políticas de inclusão na educação superior: ecos da acessibilidade arquitetônica na UFU**. 2021. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021, p. 18.

fazer a minha prova, eu primeiro já que eu estou com meu tempo limitado porque a prova já vai pra começar. Eu quero uma solução.”, aí eles resolveram lá, me colocaram num outro lugar, num outro prédio, mas o constrangimento imenso, né? Você chegar num lugar pra fazer a prova e eles querer te colocar lá na sala carregando você na cadeira de rodas, eu falei: “Não aceito, eu quero um lugar.”. Então assim, eu experimentei isso dentro da UFU, dentro da UFU¹⁴⁰

A minha experiência enquanto aluna do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, situado no Campus Santa Mônica, também não foi muito diferente das já citadas. Enfrentei por inúmeras vezes as realocações de sala de aula por falta de acesso ao elevador, que estava estragado ou sem a devida manutenção, também não tive a oportunidade de conhecer o CDHIS (Centro de Documentação e Pesquisa em História) por falta de acessibilidade no prédio. Houve outras experiências como viagens de pesquisa de Campo e Estágios Obrigatórios e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que também passei por questões relacionadas à falta de acessibilidade

O capacitismo, a falta de acessibilidade e a insatisfação muitas vezes me levaram a querer desistir do curso, e questionar meu lugar ali dentro. No entanto, com tempo, experiência e também estudo da demanda fui compreendendo a importância da minha presença naquele ambiente e pude assim querer questionar estes espaços e as suas possibilidades não apenas para este momento, mas para o futuro de outras pessoas com deficiência. Como já foi dito e reitero aqui a presença das pessoas com deficiência nos múltiplos espaços auxilia na questão inclusiva, por isso é de extrema importância as cotas para pessoas com deficiência nas Universidades permaneçam e se ampliem. A entrevistada Ametista mencionou sua perspectiva ao ingressar no mestrado a rede de conscientização que se formou em outra instituição ao recebê-la:

Todos os grupos que geralmente a gente entra, foi na faculdade. Está sendo agora na questão do mestrado, porque o mestrado lá nunca recebeu alguém com deficiência, foi a primeira vez, então quando eu cheguei lá, o mestrado lá onde fica as aulas, é uma quadra no ginásio. Então tem o ginásio, que é um ginásio Poliesportivo, onde o pessoal faz ginástica e os trampolim. Logo no final, no fundo, tem a sala de aula, onde nós fazemos as nossas aulas, tem um laboratório e tal. A primeira

¹⁴⁰ Cristal. **Entrevista IV**. Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

vez que eu cheguei lá, era tudo de brita, então não tinha nada cimentado, foi um processo de 3 meses né, onde eu fiz a prova, fiz o processo seletivo. Quando eu começo às aulas, eu cheguei lá e já tinha uma passarela cimentada, eles tinham adaptado Os banheiros melhorado e também tinha colocado um bebedouro mais baixo, então a primeira vez que eu fui lá para depois quando eu cheguei lá, eu fiquei surpresa realmente, porque eu não esperava . A coordenadora sempre preocupou com isso ,ela me pergunta direto: “ como que tá? Você está sentindo falta de alguma coisa? Você precisa de alguma coisa? Eles melhoraram a rampa”. Lá tinha uma rampa, mas tava sem pintura, ninguém usava aquela rampa para falar a verdade. Eles pintaram a rampa, melhoraram, colocaram umas grandinhas nos cantinhos que tinham um piso, então foi um lugar onde eu percebi que realmente você está naquele local, muda totalmente o local, ele precisa se adaptar a você e a questão das pessoas também, porque todos os meus amigos do mestrado agora não tinham contato com pessoas com deficiência. A maioria fizeram educa, alguns fizeram fisio, mas a maioria educa, então no curso deles de educa, eles tiveram pouco contato com pessoas com deficiência. Foram em matérias de adaptado e tal, mas conviver com uma colega de curso, uma colega de trabalho com deficiência, eles mudaram totalmente, tanto que eles andam na rua comigo, aí eles falam assim: “Olha aquela rampa, tanto que ela está ruim”. Então eles já se condicionaram a olhar isso, eles andam comigo, falam: “Olha, aqui não dá pra subir ou então a gente podia reclamar deste local porque não é adaptado”. Eles procuram briga por mim para estar no local comigo .¹⁴¹

Observa-se que há uma conscientização por parte do grupo de amigos e professores, coordenadores quanto à acessibilidade após o contato com a Ametista. A turma à qual pertenceo no curso e especificamente meu grupo de amigos também pode se perceber mais sensitivo a temática após nossa convivência. Isso não quer dizer que só pessoas com deficiência ou quem tenha a relação com essas pessoas devem se debruçar sobre a luta capacitista, acredito no nosso lugar de fala, e acredito mais ainda em uma luta coletiva.

Além dos espaços físicos que devem estar aptos para receber as pessoas em sua diversidade, também deve ser destacado que o conteúdo teórico dentro das escolas e universidades também devem incluir a temática das pessoas com deficiência e a sua história. Como historiadora em formação e pessoa com deficiência senti por diversas vezes a falta de conteúdos teóricos que abarcasse a temática da inclusão, da deficiência, da jornada deste grupo. Dessa forma, podemos pensar se a presença de uma pessoa com deficiência em meio as pessoas sem deficiência e ocupando diferentes espaços podem

¹⁴¹ Ametista. **Entrevista I.** Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 12 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (1h e 6 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

causar significativas mudanças poderíamos imaginar o quão bom seria se tivéssemos mais ações em nossa sociedade educacional que valorizam essas pessoas suas experiências e sobretudo sua história.

Pensando nesse processo de experiência também se faz necessário pensar as representações das pessoas com deficiência durante as aulas, isso quando existe essa representatividade. Uma análise acerca das *Representações de Pessoas com deficiência em livros didáticos*¹⁴² pode ser observado que o impulso da pesquisa foi o desconforto da professora/pesquisadora/Estagiária de Biologia ao apresentar termos e fotografias relacionadas às pessoas com deficiência e o tema genética. A autora questiona:

Por que, por vezes, é dado um enfoque tão científico sem ser dada a atenção necessária à sociedade, que é aquilo que cerca estes alunos diariamente? Por que eu, como professora estagiária, acabei tratando estes temas de uma forma tão “genética” e não abordei aspectos inclusivos, culturais e sociais?¹⁴³

O questionamento da professora nos leva novamente ao modelo social da deficiência, ainda hoje muitos ainda contam somente com o modelo médico da deficiência, o que impossibilita de pensar a mesma para além da área médica. Alguns professores não têm e nem terão essa visão social e sensível da deficiência, como teve a professora acima. No entanto, pouco se pensa nos professores que também podem ter uma deficiência já que esse grupo está ocupando os mais diversos espaços.

É importante dizer que há ressalvas, alguns professores(as) da Universidade Federal de Uberlândia atualizaram seus planos de aula e conseguiram agregar a temática conforme sua disciplina, (História e Trabalho¹⁴⁴, Movimentos Sociais¹⁴⁵ Estágio IV¹⁴⁶ e V¹⁴⁷) tudo isso ocorreu com a minha presença e a chegada de outros alunos com

¹⁴² MEIRELES, R, Mariana. Representações de Pessoas com deficiência em livros didáticos. Porto Alegre. 2014.

¹⁴³ *Ibidem*, p.10.

¹⁴⁴ Disciplina ministrada pela Profª Maria Andréa Angelotti Carmo no semestre 1º per. Esp. 2020 pelo Instituto de História UFU

¹⁴⁵ Disciplina ministrada pela Profª Jorgetânia Ferreira 2º semestre 2020 pelo Instituto de História da UFU.

¹⁴⁶ Disciplina ministrada pela Profª Jorgetânia Ferreira 1ª semestre 2020 pelo Instituto de História da UFU.

¹⁴⁷ Disciplina ministrada pela Profª Maria Andréa Angelotti Carmo no semestre 1ª semestre 2020 pelo Instituto de História UFU

deficiência no curso de História. As disciplinas de psicologia da educação, didática e libras também abordaram a temática inclusão.

Com isso, também é importante apontar que na UFU contamos com a Divisão de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (DEPAE) que oferece serviços de intérpretes de libras para banca acadêmica e eventos na instituição, também disponibiliza monitores para alunos com deficiência cadastrados na divisão. Além disso, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) conta com uma bolsa específica para auxiliar pessoas com deficiência. Por fim é notável que esforços tem sido realizados ainda que a passos lentos para inclusão e permanência das pessoas com deficiência nas Universidades, mas as barreiras que permanecem podem dificultar esse acesso e até mesmo a desistência desse grupo. Como se observa há muito a ser feito e, muito a ser mudado.

3.2 Pandemia e acessibilidade

Foi como se fizesse meses que eu não saísse de casa. Mas faziam. 63 dias de quarentena. Olhando as ruas vazias pela janela e reaprendendo que a vida lá fora existe, eu fiquei pensando. Acontece que, boa parte da minha vida eu vi pela janela. Não necessariamente a janela de um carro, mas a janela metafórica, sabe. Fiquei pensando em todas vezes que eu fui nos lugares sem descer do carro. Porque não dava mesmo. Os lugares não iam ter acessibilidade pra mim. Ou todas as vezes que eu pedia pra passar dias antes na frente de alguma casa de festa para poder analisar cada detalhe da calçada para não ser surpreendida no dia que eu fosse [...] Quantos lugares eu deixei de ir porque o lugar que ia ser a festa tinha escada. Quantos parabéns por ligações de vídeo eu já fiz porque eu não ia conseguir ver a pessoa em algum lugar. Quantos cursos eu tive que optar por EAD porque a escola não me oferecia condições necessárias. Quantas escolhas de restaurantes eu tive que mudar

em cima de hora porque quando eu cheguei, eu vi um degrau na porta, de todas as vezes que eu fiquei sem comprar roupa, porque na cidade que eu morava eu não conseguia entrar nas lojas, ou que eu fiquei sem cortar o cabelo porque os salões são enormes, mas com escadas. Ir em barzinho de esquina para tomar uma depois do trabalho ou depois da aula. Só se tiver uma calçada e uma calçada decente [...] É você tá com saudade. Eu entendo! A sua vida mudou, muito. Você deixou de ir em lugares que você sempre foi e fazer coisas que você sempre fez. Mas eu? Eu nunca fui. Eu nunca fiz. Eu sempre estive de quarentena de certa forma."¹⁴⁸

(Ana Clara Moniz, 2020.)

O ano de 2020 se iniciou com a grande propagação mundial do vírus Sars-CoV-2, o Covid-19, cujo processo de disseminação, infecção e letalidade foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia em março de 2020. O isolamento social e a chamada quarentena se tornaram assuntos pertinentes nos lares de todos os brasileiros e também nas redes sociais, onde ocorreu uma grande onda de lives e vídeos com reflexões sobre esse atual momento. E, em algumas dessas considerações, surgiu a fala das pessoas com deficiência se manifestando sobre tal questão nos levando mais uma vez a repensar a acessibilidade. No tocante às pessoas com deficiência e suas limitações impostas por um mundo capacitista nunca foram tão sentidas pela sociedade sem deficiência, que talvez nunca tenha se privado tanto de algo, do que queria em relação ao acesso de locais e diferentes lugares.

Para além do isolamento e a perda de milhares de vidas, a pandemia evidenciou as opressões já existentes em nossa sociedade, incluindo as pessoas com deficiência. Durante esse período tanto a educação como outros serviços se mantiveram fechados com intuito de preservar a sociedade do vírus. Silva, Bins e Rosek dialogam com o livro *A*

¹⁴⁸ MONIZ, Clara Ana. @anaclarabm. As pessoas com deficiência sempre estiveram em quarentena. Vídeo transcrito publicado dia: 21 de maio de 2020. Disponível no Instagram em: https://www.instagram.com/tv/CAdzMiRgJLc/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em 13 de julho de 2022.

cruel pedagogia do Vírus e relatam que mesmo em uma situação catastrófica podemos aprender com as experiências e subjetividades.

[...] toda produção de conhecimento, neste caso, o impacto do COVID-19 na vida do sujeito público- alvo da Educação Especial é um processo permanente de nossa subjetividade, que de maneira contínua, provoca em nós professores/pesquisadores reflexões e dúvidas constantes [...] ¹⁴⁹.

Por isso, eximir tal temática estava fora de questão. Neste sentido, proponho neste subitem entender, ainda que de forma não aprofundada, a acessibilidade ou a falta dela vivenciada durante a pandemia pelas pessoas com deficiências que foram entrevistadas para esta pesquisa.

Pensando de maneira mais geral a pandemia ocasionou o isolamento e com isso muitas pessoas que necessitavam de um tratamento contínuo de fisioterapia teve que ser interrompido:

Então assim, muito medo, né? E eu tive assim, perca muscular porque nessa época eu parei de fazer os tratamentos, né? Então me afetou demais porque eu fiquei uns seis meses sem tratamentos, que era o período que ficou tudo fechado, né? E eu acho também assim essa forma de se relacionar, né? Ficou muito virtual, a gente, né? Às vezes o convívio que eu tinha é que eu ia na Igreja, que eu ia a algum lugar, eu parei de ir tudo, né? Então a gente se isolou, né? Eu acho que assim, isso e...Mas eu creio também isso também veio como uma forma da sociedade refletir, né? Dela encarar tudo que ela precisa mudar, né? Dentro dela, né? As pessoas, mas foi isso. ¹⁵⁰

Como se observa a situação das pessoas com deficiência que necessitavam de acompanhamento/tratamento contínuo foram diretamente afetadas pela pandemia, tendo o isolamento social interrompido qualquer atendimento, principalmente, no primeiro ano de pandemia (2020), quando ainda não tínhamos qualquer possibilidade de vacina ou outra forma de combate e tratamento para a Covid-19.

Com a retomada das aulas presenciais, no ano de 2022, precisei retornar ao meu curso para orientação desta pesquisa e outras atividades do curso. Após 2 anos sem rever

¹⁴⁹ SILVA, BINS,ROSEK. A educação especial e a covid-19: aprendizagens em isolamento social. **Interfaces Científicas** • Aracaju • V.10 . N.1, p. 126.

¹⁵⁰ Cristal. **Entrevista IV**. Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

meus amigos, professores e os espaços que ocupávamos me vi empolgada para a volta à universidade. No entanto, o momento de euforia se tornou em tristeza, isso porque o elevador do Bloco H que dá acesso a coordenação do Curso de História (COCHI), ao Centro Acadêmico (CAHIS) não estava funcionando. A sensação foi de ser excluída mais uma vez, privada de acessar determinado local.

Observar todos os meus amigos se reencontrando no bloco H e relembrando experiências coletivas que todos nós havíamos passado durante a pandemia e saber que eu não viveria aquele momento de forma igual me doeu. Isso não quer dizer que não vi meus amigos ou que não desfrutamos de outros espaços do campus, mas acima de tudo indica que a sociedade ainda não acolhe as pessoas em sua diversidade e multiplicidade principalmente após uma pandemia. O meu caso não foi o único a ocorrer por conta do elevador, outros alunos com deficiência também passaram por situações constrangedoras inclusive a realocação da sala de aula para locais acessíveis. Dessa forma me lembro da frase de Mia Mingus que diz:

Não deveria ser necessário que tivéssemos que ir para as margens das margens das margens das margens. E não me entenda mal; Eu amo viver lá. Existem coisas e pessoas incríveis. E não deveria ser esse o único lugar onde podemos estar inseridos.¹⁵¹

¹⁵¹ MINGUS, Mia. DIS2018: Mia Mingus, opening keynote presenter. Youtube, 13 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lm21KpsNk1s>. Acesso em: 18 de julho 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, busquei analisar a acessibilidade da cidade de Uberlândia por uma ótica única, as perspectivas de moradores com deficiência da cidade, nossa intenção nunca foi analisar técnicas da acessibilidade, mas sim pensar a acessibilidade de maneira sensível, humanizada e histórica. Para isso, foi preciso entender um pouco mais da história das pessoas com deficiência, e as invisibilidades construídas em torno delas.

Os modelos da deficiência e a concepção sobre ela nos revelam que muitos dos estigmas e estereótipos relacionados a esse grupo permanecem enraizados culturalmente em nossa sociedade, reforçado pelas relações de poder ainda existentes. Dessa forma, como apresentado na introdução, buscamos durante toda a pesquisa entender se as pessoas com deficiência moradoras da cidade de Uberlândia concordavam e compreendiam com o título que a cidade recebera de *exemplo de acessibilidade*. Logo, as entrevistas revelaram nuances entre a teoria e a experiência desse grupo de pessoas em relação à acessibilidade, bem divergentes do que a reportagem exibida pelo Jornal Nacional relatava. Será mesmo que depois de todos esses relatos ainda podemos afirmar que de maneira integral a cidade: “tem rampas de acesso em todas esquinas, no centro e nos bairros, sem distinção¹⁵²”? Ou que tenha “100% da frota de ônibus com elevadores para quem tem dificuldade de locomoção”¹⁵³?

Sendo assim, consegui analisar como é importante visibilizar as experiências das pessoas com deficiência, e para além disso compreender que essas visibilidades podem contribuir com uma sociedade mais inclusiva e menos capacitista. Ações que contemplem a *Acessibilidade Atitudinal* são um dos caminhos propostos para a inclusão e consequentemente a acessibilidade. Vale destacar, que o intuito não é dar voz aos entrevistados, isso porque as vozes sempre estiveram com eles(as), o que houve foi um silenciamento, por parte da sociedade em torno da suas vivências e experiências.

Nesse sentido, os historiadores também devem se debruçar sobre a temática e entendê-la sob uma ótica histórica assim como os movimentos negro e feminista que nos revelam importantes processos construtivos da sociedade a deficiência também o faz.

¹⁵² Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes. Globoplay. Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4478370/>. Acesso em 12 de julho de 2022.

¹⁵³ *Idem*

Ao longo da pesquisa, foi compreendido que a acessibilidade pode ser experienciada de formas diferentes, por pessoas com deficiência diferentes. Logo, à medida que as entrevistas foram interpretadas, percebi a necessidade de uma acessibilidade que contemplasse múltiplos corpos e situações, o que de fato ainda não ocorre na sociedade em geral, e nem na cidade de Uberlândia. Sendo assim, podemos indicar que as quatro entrevistas realizadas nesta pesquisa revelaram enfrentamentos a nível *Arquitetônico*, *Atitudinal*, e *educacional*, podendo ser compreendidos como barreira para todos os entrevistados em situações diversas dentro da cidade de Uberlândia. Com isso pretende-se sinalizar, que por vezes a cidade de Uberlândia até pode ter um nível elevado de acessibilidade em relação a cidades as menores com menos recursos, mas isso não a coloca como um exemplo de Acessibilidade, e isso quem diz são os seus moradores:

Alguns entrevistados revelaram a dificuldade em acessar o Ensino básico e superior, desta forma entendo que não só os espaços internos das instituições educacionais devem estar acessíveis, mas o seu trajeto também. Por isso, o transporte público se revelou como um dos elementos que mais necessita de melhorias em sua acessibilidade na cidade de Uberlândia. Pensemos, se realmente a cidade de Uberlândia contém 100% da frota de ônibus coletivo urbano acessível, será que todos eles têm uma manutenção adequada? Será que as rampas e calçadas contribuem para uma chegada com segurança e autonomia até os pontos de partida do transporte coletivo urbano?

Desse modo, também podemos vislumbrar que o transporte público também pode ser utilizado para o deslocamento até os locais de lazer e entretenimento, o que nos leva a outros questionamentos como por exemplo a acessibilidade fornecida por esses locais, como lojas, clubes e cinemas dentro da cidade.

Em consequência disso, resistir e reivindicar são sinônimos de uma luta coletiva anticapacitista em prol dos direitos humanos e civis das pessoas com deficiência incluindo o direito de ir, vir e ocupar TODOS os espaços. Essa luta pode e deve ser protagonizada pelas pessoas com deficiência, mas nada impede que pessoas sem deficiência possam também conhecer seu movimento e consentir com atitudes inclusivas.

A legislação de políticas públicas inclusivas também é um meio onde se pode avançar com a questão da acessibilidade, precisamos de leis mais eficazes e mais abrangentes que incluam todos os tipos de deficiência. Logo, também é importante sinalizar que a acessibilidade não é uma exclusividade para as pessoas com deficiência, já que todos podem se beneficiar dela.

Entender a acessibilidade através de uma perspectiva social desempenhou uma análise afetiva e empática da questão, se acrescentando então a metodologia da História Oral, percebemos como a acessibilidade pode influenciar em todos os segmentos da vida de uma pessoa com deficiência, a educação, a profissão, a maternidade e autoestima são algumas delas. Por vezes, foi doloroso ouvir os relatos e desafiador trabalhar a temática enquanto também pessoa com deficiência. Para além disso, os espaços físicos da academia nem sempre estiveram adequados para minha permanência, mas o compromisso com a pesquisa e a História me levaram a seguir este caminho.

DOCUMENTOS E ENTREVISTAS

Decreto

Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Fontes orais

Ametista. **Entrevista I.** Realizada por meio do Google Meet, no dia 12 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (1h e 6 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Esmeralda. **Entrevista II.** Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 22 de maio de 2020, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (34 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Topázio. **Entrevista III.** Realizada por meio do *WhatsApp*, no dia 19 de dezembro de 2021, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (33 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Cristal. **Entrevista IV.** Realizada por meio do *Google Meet*, no dia 15 de janeiro de 2022, na cidade de Uberlândia. Entrevistadora: Aleska Trindade Lima. 1 arquivo .mp3 (35 minutos). A entrevista na íntegra encontra-se em propriedade da pesquisadora, podendo ser solicitada se necessário.

Legislação

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

Lei 13.146 de 6 de julho de 2015.

Lei nº 13151 de 30 de julho de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. – Brasília Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

ALMEIDA, R, Paulo. Encantamentos e desencantamentos da cidade: Trajetórias, cultura e memória de trabalhadores de Uberlândia - 1970 - 200. In: **Outras memórias, outras histórias**; Edit. Olhos D'água. São Paulo. 2005.

ARANHA, F, S. Maria. A integração social do deficiente: Análise conceitual e metodológica. **Temas em psicologia**. nº 2. São Paulo, 1995.

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. 1. Ed. **Geração Editorial**. São Paulo, 2013.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício do historiador. **Jorge Zahar Ed.**, Rio de Janeiro, 2001.

BRETON, L. David. A sociologia do corpo. **Editora Vozes**. Petrópolis, 2007.

Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: **SDH-PR/SNPD**, 2012.

CONSTANTINO, C; LUIZ C. Direitos Sexuais e Reprodutivos. **Mulheres com Deficiência: Garantia de direitos para exercício da Cidadania**. 2020.

DINIZ, D. O que é deficiência. **Brasiliense**. São Paulo, 2007.

DROYSEN, Johann Gustav. Manual de Teoria da História. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentivoglio. **Vozes**. Petrópolis, 2009.

FIGUEIREDO, AC., et al. Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 187-207. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão. Petrópolis. **Vozes**. 1987.

FREITAS, Márcia Guimarães de. **Políticas de inclusão na educação superior: ecos da acessibilidade arquitetônica na UFU**. 2021. 177 f. Tese (Doutorada em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. A CONTRIBUIÇÃO DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA À PSICOLOGIA SOCIAL. **Psicologia & Sociedade**; 24(3): 557-566, 2012.

JUNIOR, Alfredo, João. O conceito de experiência histórica em Edward Thompson. **ANNAIS XXVI Simpósio Nacional de história - ANPUH**. São Paulo. 2011.

KRAENER, G. M., & THOMA, A. S. (2018). Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38(3).

LOPES, H, Paula. “**Eu posso ser mãe, sim**”: **Processos de significação acerca da gestação e da maternidade de mulheres com deficiência**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018.

LUIZ; COSTA. Feminismo e deficiência: um caminho em construção. In: **Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania**. 2020.

MACIEL, T. Carolina. A construção social da deficiência. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, v. 25, 2007. Florianópolis, 2007.

MAIOR, Izabel. Movimento político das pessoas com deficiência: Reflexões sobre a conquista de direitos. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v.10 n.2, p.28-36, jan./jun. 2017

MANTOAN, E. Tereza, Maria. Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?. Moderna. São Paulo. 2003.

MEIRELES, R, Mariana. Representações de Pessoas com deficiência em livros didáticos. Porto Alegre, 2014.

MELLO; NUEMBERG. Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2012.

MENDONÇA, S. A. Ana. Platão e as crianças com deficiência. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 3, 2020.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

PICCOLO, M, Gustavo. Um pensar sociológico da deficiência. **Ed. Annris**. Curitiba. 2015.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral – a pesquisa como experimento em igualdade. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. São Paulo, 1997.

_____. O que faz a história oral diferente?. **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História**, v. 14, 1997.

RABELO, G. B. Avaliação de acessibilidade de pessoas com deficiência física no transporte coletivo urbano. Uberlândia, 2008.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. **Paz e Terra**. Rio de Janeiro. 1988

SAMPAIO; FERREIRA. Modelos de deficiência. Curitiba, 2019.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, set/1989/fev/1990.

SANTHIAGO, Ricardo; DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 27, 2020.

SASSAKI, R. K. Construindo uma sociedade para todos. **Revista Nova Escola**, Rio de Janeiro; WVA, 1997.

_____. Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida. **Áurea**. São Paulo, 2003.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SCOTT, Joan W. et al. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 16, 1998.

SHARP, J. A história vista de baixo. In: A escrita da história: novas perspectivas. **Ed. Unesp**. São Paulo, 1992.

SILVA, BINS,ROSEK. A educação especial e a covid-19: aprendizagens em isolamento social. **Interfaces Científicas • Aracaju • V.10 . N.1 . p. 124 - 136**.

SILVA, Otto M. A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. **Cedas**. São Paulo, 1987.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: Capacitismo. **Revista Sofia**.

VERENA. Alberti. Histórias dentro das histórias In: Fontes Históricas. **Ed. Contexto**. São Paulo, 2008.

SITES

ACESSIBILIDADE. **Dicio, Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/acesibilidade/>>. Acesso em 14 de julho de 2022.

ACESSIBILIDADE. **Portal da Prefeitura de Uberlândia**. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/acesibilidade/>>. Acesso em 12 de julho de 2022.

APAIE Brasil. Disponível: <<https://apaiebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

ARISTÓTELES. Política. Edição Bilingue. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/357991/mod_resource/content/1/Aristoteles_Pol%C3%ADtica%20%28VEGA%29.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2022.

CHURCHILL, Paola. Descasos, abusos e omissões: Os horrores de Willowbrook, o maior hospital psiquiátrico dos EUA. Aventuras na História, 2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-horrores-de-willowbrook-maior-hospital-psiquiatrico-dos-estados-unidos.phtml>>. Acesso em 07 de Julho de 2022.

CORREA, Arcênio; MOTA, Eliane; TV Integração. Crescimento populacional das regiões de Uberlândia e Uberaba está acima do estimado para Minas Gerais e Brasil. **G1**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/01/29/crescimento-populacional-das-regioes-de-uberlandia-e-uberaba-esta-acima-do-estimado-para-minas-gerais-e-brasil.ghtml>>. Acesso em: 01 de abril de 2022.

DAVID Le Breton. **Global Knowledge Academics**, 2022. Disponível em: <<https://gkacademics.com/events/david-le-breton-pt-br/#:~:text=David%20Le%20Breton%20%C3%A9%20professor>>. Acesso em 14 de julho de 2022.

DICHER, M. Aparecida e TREVISAN, Elisaide. **A jornada Histórica da pessoa com deficiência: Inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**, p. 26. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=211>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-murder-of-the-handicapped>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

G1 Triângulo e Alto Paranaíba. IBGE aponta que Uberlândia é a 2ª mais populosa de MG; veja situação das principais cidades do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/08/29/ibge-aponta-que-uberlandia-e-a-2a-mais-populosa-de-mg-veja-situacao-das-principais-cidades-do-triangulo-alto-paranaiba-e-noroeste.ghtml>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

Grupo de trabalho da política nacional de educação especial. **Portal do Ministério da Educação**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2022.

Idosa de 94 anos morre após cair de elevador em clínica médica de Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, 2022. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/31223/idosa-de-94-anos-morre-apos-cair-de-elevador-em-clinica-medica-de-uberlandia>>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

INCLUSÃO. **Dicio, Dicionário Online de Português.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/inclusao>>. Acesso em 14 de julho de 2022.

LEMOS, Vinícius. Ação Conscientiza sobre uso de vagas especiais no trânsito de Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, 2019. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/22795/acao-conscientiza-sobre-uso-de-vagas-especiais-no-transito-de-uberlandia>>. Acesso em 05 de julho de 2022.

MARTINS, Laura. Acessibilidade no transporte público. **Guia de rodas**, 2020. Disponível em: <https://guiaderodas.com/acessibilidade-no-transporte-publico/>. Acesso em 11 de julho de 2022.

MEIRELES, R, Mariana. Representações de Pessoas com deficiência em livros didáticos. Porto Alegre. 2014

_____. Transporte público acessível | Londres. **Cadeira voadora**, 2019. Disponível em: <<https://cadeiravoadora.com.br/transporte-publico-acessivel-londres/>>. Acesso em 07 de julho de 2022.

MONIZ, Clara Ana. @anaclarabm. As pessoas com deficiência sempre estiveram em quarentena. Vídeo transcrito publicado dia: 21 de maio de 2020. Disponível no Instagram em: https://www.instagram.com/tv/CAdzMiRgJLc/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em 13 de julho de 2022.

NATALIA. Da eliminação à Inclusão. **Vida + Livre**. Disponível em: <vidamaislivre.com.br/colunas/da-eliminacao-inclusao-i/>. Acesso em 07 de julho de 2022.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de. Uberlândia: logística que seduz. **Diário de Uberlândia**, 2019. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/coluna/3186/uberlandia-logistica-que-seduz>>. Acesso em 14 de julho de 2022.

PROJETO sobre acessibilidade gera questionamento de associações em Uberlândia. **Diário de Uberlândia**, 2019. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/21915/projeto-sobreacessibilidade-gera-questionamento-de-associacoes-em-uberlandia>>. Acesso em 11 de junho de 2022.

Proposta de Emenda à Constituição aprovada pelo Plenário, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=129807>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

PS **Marketing**. Disponível em: <<https://www.psmarketing.com.br/estatisticas/socioeconomico/pessoas-com-deficiencia-em-uberlandia-2015>>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. O Conceito de Acessibilidade. **Bengala Real**, 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusassaki#:~:texto%20termo%20%22acessibilidade%22%20>>

[come%C3%A7ou%20a,final%20da%20d%C3%A9 Cada%20de%2040>.](#) Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

SHOOT, Britta. The 1977 Disability Rights Protest That Broke Records and Changed Laws. **Atlas Obscura**. 2017. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/articles/504-sit-in-san-francisco-1977-disability-rights-advocacy>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

Society Disability Studies. Disponível em: <https://disstudies.org/index.php/about-sds/mission-and-history/> >. Acesso em 01 de abril 2022.

UBERLÂNDIA, Cartilha da acessibilidade. Uberlândia. 2019. Disponível em: <http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/21280.pdf>. Acesso 29 de julho de 2022.

VASSIE, Rebecca. Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. **ONU News**, 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881#:~:text=Mais%20de%201%20%20mil%20%20de,tipo%20de%20%20defici%C3%Aancia%20%7C%20%20ONU%20New>>. Acesso em 01 de abril de 2022.

VÍDEOS

Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes. **Globoplay**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4478370/>>. Acesso em 12 de julho de 2022.

MINGUS, Mia. DIS2018: Mia Mingus, opening keynote presenter. **Youtube**, 13 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lm21KpsNk1s>. Acesso em 18 de julho de 2022.

MONIZ, Clara [Ana.@anaclarabm](mailto:Ana@anaclarabm). As pessoas com deficiência sempre estiveram em quarentena. Vídeo transcrito publicado dia: 21 de maio de 2020. Disponível no

Instagram em: https://www.instagram.com/tv/CAdzMiRgJLc/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em 13 de julho de 2022.